



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Gabriela dos Santos Florêncio

Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil: uma análise da sua trajetória e do seu
diálogo com outros intérpretes

Florianópolis
2023

Gabriela dos Santos Florêncio

Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil: uma análise da sua trajetória e do seu diálogo com outros intérpretes

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof.^a Solange Regina Marin, Dra.

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Florêncio, Gabriela dos Santos

Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil: : uma
análise da sua trajetória e do seu diálogo com outros
intérpretes / Gabriela dos Santos Florêncio ; orientadora,
Solange Regina Marin, 2023.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Lélia Gonzalez. 3. Economia.
4. Política. 5. Brasil. I. Marin, Solange Regina. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Econômicas. III. Título.

Gabriela dos Santos Florêncio

Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil: uma análise da sua trajetória e do seu diálogo com outros intérpretes

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Econômicas.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2023.

Coordenação do Curso

Banca examinadora



Prof.(a) Solange Regina Marin, Dr.(a)
Orientador(a)

Prof.(a) Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Dr.(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Liana Bohn, Dr.(a)
Instituição UFSC

Florianópolis, 2023.

A minha amada mãe, Lourdes Maria dos Santos Florêncio, grande
incentivadora, e apoiadora em quem eu me inspiro.

AGRADECIMENTOS

A gentil professora Solange Regina Marin, que aceitou me conduzir ao fim dessa jornada quase inalcançável da graduação em ciências econômicas. Primeiramente com suas aulas instigantes, críticas e inspiradoras, e por fim com paciência para guiar ao tema e escrita deste trabalho.

A Universidade Federal de Santa Catarina, instituição pública de qualidade almejada por mim durante todo o ensino médio, que me proporcionou espaços físicos como biblioteca, restaurante universitário, espaços de convivência e formação intelectual para além das paredes da sala de aula.

Neste sentido agradeço a todos os colegas e amigos que fizeram parte das gestões e chapas do CALE - Centro Acadêmico Livre de Economia, que promoveram as melhores atividades extracurriculares, como as Semanas Acadêmicas de Economia. Agradeço a oportunidade de participar de Encontros Regionais e Nacionais dos Estudantes de Economia e Encontros Nacionais de Economia Política. Que foram fundamentais para minha formação acadêmica.

Aos amigos Vanessa, Thulyani, Priscila, Elisa, Alessandra, Cinthia, Pâmela, Henrique, Rafael, Amadeu, Thiago, Ruan, Willyan, Alayó e Safira que compartilharam momentos difíceis e alegres ao longo de toda a graduação.

A minha família, minha mãe Lourdes, meu pai Celio, meus irmãos Patrícia, Anderson e Fabiana, cunhados Marcos e Elisane, meus sobrinhos Felipe, Priscila, João Victor, Mateus, Maria Vitória e Pedro Henrique, que estiveram ao meu lado para finalizar essa etapa da minha vida.

[...] todos nós, brancos e negros interessados na questão da justiça, interessados no efetivo desenvolvimento, interessados no estabelecimento de uma efetiva democracia neste país, temos que nos irmanar e lutar contra essas forças da opressão que são imperialistas, colonialistas. (GONZALEZ, 2020, p.208)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição de Lélia Gonzalez para o pensamento crítico do Brasil, destacando a importância de incluir as vozes das populações marginalizadas nas discussões sobre desenvolvimento e formação social do país. Para isso, apresentamos a vida e obra de Lélia Gonzalez, destacando sua atuação como ativista e intelectual, suas análises sobre a sociedade, o poder e as relações de raça, gênero e classe social, e sua importância para a promoção de políticas e práticas econômicas mais justas, inclusivas e sustentáveis. Além disso, abordamos os principais conceitos empregados por Lélia Gonzalez em sua vida acadêmica e política, como a interseccionalidade, a amefricanidade, o racismo por denegação. Além de explorar brevemente como o pensamento de Lélia Gonzalez está relacionado com alguns pensadores como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, figuras distintas no panorama intelectual e político brasileiro, cada um com perspectivas e abordagens diferenciadas. O trabalho utiliza como metodologia a revisão bibliográfica e a análise das obras de Lélia Gonzalez e de outros autores que abordam questões relacionadas à exclusão de mulheres, negros e populações marginalizadas nos estudos acadêmicos. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, buscando compreender os significados e os sentidos presentes nas obras analisadas e relacioná-los com o contexto social e histórico em que foram produzidos.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez. Política. Economia. Brasil.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la contribución de Lélia Gonzalez al pensamiento crítico de Brasil, resaltando la importancia de incluir las voces de las poblaciones marginadas en las discusiones sobre el desarrollo y la formación social del país. Para ello, presentamos la vida y obra de Lélia Gonzalez, destacando su papel como activista e intelectual, sus análisis críticos sobre la sociedad, el poder y las relaciones de raza, género y clase social, y su importancia para promover políticas y prácticas económicas más justas, inclusivas y sostenibles. Además, abordamos los principales conceptos utilizados por Lélia Gonzalez en su vida académica y política, como la interseccionalidad, la “amefricanidade”, el racismo por negación, entre otros. También exploramos brevemente cómo el pensamiento de Lélia Gonzalez se relaciona con algunos pensadores como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre y Oliveira Vianna, figuras destacadas en el panorama intelectual y político brasileño, cada uno con perspectivas y enfoques diferenciados. El trabajo utiliza como metodología la revisión bibliográfica y el análisis crítico de obras de Lélia Gonzalez y de otros autores que abordan cuestiones relacionadas con la exclusión de mujeres, negros y poblaciones marginadas en los estudios académicos. La investigación emplea un enfoque cualitativo, buscando comprender los significados y sentidos presentes en las obras analizadas y relacionarlos con el contexto social e histórico en el que fueron producidos.

Palabras clave: Lélia Gonzalez. Política. Economía. Brasil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos Conceitos de Gonzalez	42
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FEUC	Faculdades de Filosofia de Campo Grande
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
LITERAFRO	Portal da Literatura Afro-brasileira
MNU	Movimento Negro Unificado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	VIDA E OBRA DE LÉLIA GONZALEZ	17
3	CONCEITOS-CHAVE NA OBRA DE LÉLIA GONZALEZ	29
3.1	CONCEITOS LIGADOS A ABORDAGEM DECOLONIAL	31
3.1.1	Amefricanidade	31
3.1.2	América-ladina	32
3.1.3	Mulheridade	33
3.1.4	Pretuguês	34
3.2	CONCEITOS LIGADOS A ABORDAGEM INTERSECCIONAL	35
3.2.1	Massa marginal	35
3.2.2	Interseccionalidade	36
3.3	CONCEITOS LIGADOS A ABORDAGEM PSICANALÍTICA.....	38
3.3.1	Mãe preta	38
3.3.2	Ideologia do branqueamento	39
3.3.3	Mito da democracia racial	40
3.3.4	Neurose cultural brasileira Error! Bookmark not defined.	
3.3.5	Racismo por denegação	41
4	LÉLIA GONZALEZ ENCONTRA CAIO PRADO JR, GILBERTO FREYRE E OLIVEIRA VIANNA	47
4.1	INTÉRPRETES DO BRASIL	47
4.2	O “DIÁLOGO” DE LÉLIA GONZALEZ COM CAIO PRADO JR.....	48
4.3	O “DIÁLOGO” DE LÉLIA GONZALEZ COM GILBERTO FREYRE	54
4.4	O “DIÁLOGO” DE LÉLIA GONZALEZ COM OLIVEIRA VIANNA.....	58
4.5	LÉLIA GONZALEZ, UMA INTÉRPRETE DO BRASIL	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado pela diversidade e pela desigualdade. Sua formação social e histórica envolveu processos de colonização, escravidão, violência e resistência, que moldaram a cultura e a identidade do povo brasileiro. Nesse contexto, as questões de raça, gênero e classe social se tornam fundamentais para compreender a realidade brasileira e seus desafios.

No entanto, muitas vezes, essas questões são ignoradas ou minimizadas nos estudos acadêmicos sobre o Brasil, que tendem a privilegiar uma visão eurocêntrica, masculina e elitista da sociedade. Essa visão exclui as vozes e as experiências das populações marginalizadas, como as mulheres, os negros e os povos indígenas, que são sujeitos ativos e protagonistas da história e da cultura brasileiras.

Diante dessa lacuna, surge o seguinte problema de pesquisa: Como a perspectiva afro-latino-americana e interseccional de Lélia Gonzalez contribuiu para o pensamento crítico do Brasil?

A expressão "intérpretes do Brasil" se refere a intelectuais, escritores, acadêmicos e pensadores que se dedicaram a analisar, interpretar e refletir sobre a cultura, a história, a sociedade e os desafios do Brasil. Essas personalidades desempenharam um papel importante na formação da identidade nacional e na compreensão das questões brasileiras ao longo do tempo. Alguns dos intérpretes mais notáveis do Brasil incluem escritores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, entre outros. Cada um deles trouxe perspectivas únicas e abordagens diferentes para entender o país, seja por meio de estudos sobre a formação da sociedade brasileira, as influências culturais, as questões políticas ou econômicas (Rodrigues, 2023).

Os diálogos de Gonzalez com outros intérpretes do Brasil, sejam eles acadêmicos, ativistas e pensadores sociais, desempenharam um papel significativo em sua influência e em seu impacto no cenário intelectual e político do país. Foram essenciais para a promoção de suas ideias e análises sobre a sociedade brasileira. Ela desafiou perspectivas convencionais, influenciou o pensamento social e político e contribuiu significativamente para o debate sobre igualdade racial e de gênero.

A hipótese deste trabalho é que Gonzalez ofereceu uma contribuição significativa para o pensamento crítico do Brasil, a partir de uma perspectiva afro-latino-americana e interseccional, que articula as dimensões de raça, gênero e classe

social. Gonzalez foi uma intelectual e ativista negra que contribuiu para a construção de um feminismo afro-latino-americano, que reconhece a diversidade e a pluralidade das experiências das mulheres negras e indígenas na região. Gonzalez também ofereceu uma visão crítica e inovadora sobre o desenvolvimento brasileiro, a partir de uma perspectiva amefricana, que questiona os modelos hegemônicos e propõe alternativas emancipatórias.

A trajetória de Gonzalez como intérprete do Brasil é marcada por sua significativa influência no desenvolvimento de novas perspectivas interpretativas no país, particularmente nas áreas de discriminação racial e de gênero. A pesquisa busca compreender como as contribuições de Gonzalez moldaram as discussões sobre identidade, desigualdade e justiça social no Brasil, e de que maneira seus ideais podem ser aplicados de forma relevante para enfrentar os desafios contemporâneos nesses domínios.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição de Gonzalez para o pensamento crítico do Brasil, destacando a importância de incluir as vozes das populações marginalizadas nas discussões sobre desenvolvimento e formação social do país.

Para realizar esse objetivo, o trabalho utiliza como metodologia a revisão bibliográfica e a análise das obras de Gonzalez e de outros autores que abordam questões relacionadas à exclusão de mulheres, negros e populações marginalizadas nos estudos acadêmicos. O trabalho também utiliza uma abordagem interdisciplinar, envolvendo conceitos e teorias de áreas como sociologia, antropologia, psicologia, história e estudos de gênero e raça. Além disso, o trabalho utiliza uma abordagem qualitativa, buscando compreender os significados e sentidos presentes nas obras analisadas e relacioná-los com o contexto social e histórico em que foram produzidos.

A relevância deste trabalho se justifica pela importância de resgatar a obra de Gonzalez, que foi uma referência para as lutas feministas e antirracistas no Brasil e na América Latina. Por fim, o trabalho se justifica pela necessidade de estimular a reflexão sobre os desafios e desigualdades presentes na sociedade brasileira, bem como as possibilidades de transformação e emancipação. “Como as pessoas mais desalentadas são negras e as mais violentadas são as mulheres negras, a realidade mostra que ainda não superamos o tempo dos senhores e escravos que dominava no cenário das casas grandes e das senzalas.” (Marin, 2023, p.16)

No curso de graduação de Ciências Econômicas em disciplinas regulares, entramos em contato com poucas autoras mulheres, menor ainda são a quantidade de autores negros, quando juntamos essas duas categorias e procuramos por intelectuais mulheres negras, fica ainda mais raro de serem encontradas.

Gonzalez se encaixa nesses dois perfis de autores raros de serem estudados, mas sua contribuição para o pensamento crítico a respeito da sociedade brasileira demonstra a relevância e a necessidade de estudar tais autores que trazem consigo uma perspectiva diferente das frequentemente estudadas.

Incluir Gonzalez aos intérpretes brasileiros ajuda a entender melhor o contexto social, político e cultural do país. Gonzalez impactou positivamente muitas pessoas que foram inspiradas por sua intelectualidade na busca de empoderamento de grupos marginalizados. A pesquisa apresentada destaca a relevância de Gonzalez como uma intérprete do Brasil, que através de suas análises sobre a sociedade, o poder e as relações de raça, gênero e classe social, fornece percepções profundas e esclarecedoras sobre as dinâmicas sociais complexas e os problemas econômicos do país. A exclusão dessas vozes pode levar a uma compreensão limitada e estereotipada da sociedade brasileira, e como a inclusão dessas vozes pode contribuir para uma análise mais profunda e esclarecedora dos problemas sociais e econômicos do país.

Como afirma Marin:

Lélia Gonzalez, para além de seu reconhecimento como uma das pioneiras na discussão sobre um feminismo afro-latino-americano, deve ser reconhecida como intérprete do Brasil, quando defende a conformação de um capitalismo brasileiro racista e sexista, e latino-americano, quando propõe o conceito amefricanidade e de que estamos numa América Ladina. (2023, p.16)

A originalidade do tema se justifica pela escassez de estudos sobre a obra de Gonzalez, especialmente no campo da economia e do desenvolvimento. Apesar de Gonzalez ter sido uma das intérpretes do Brasil, sua contribuição ainda é pouco reconhecida e valorizada pelos estudiosos da área. A pesquisa pretende preencher essa lacuna, mostrando como Gonzalez ofereceu uma visão crítica e inovadora sobre o desenvolvimento brasileiro, a partir de uma perspectiva amefricana e interseccional.

Os benefícios esperados da pesquisa são ampliar o conhecimento sobre a vida e obra de Gonzalez, uma intelectual e ativista negra que marcou a história do Brasil. Contribuir para o debate sobre o desenvolvimento brasileiro, a partir de uma abordagem crítica, interseccional e decolonial. Valorizar a diversidade e a pluralidade

de vozes na interpretação do Brasil, reconhecendo a importância das mulheres negras e dos povos africanos para a construção do pensamento social brasileiro. Estimular a reflexão sobre os desafios e desigualdades presentes na sociedade brasileira, bem como as possibilidades de transformação e emancipação.

A monografia está estruturada em três capítulos, apresentando-se no primeiro capítulo a biografia de Gonzalez, destacando sua trajetória pessoal e profissional, suas contribuições para o pensamento crítico do Brasil e sua importância como referência para as lutas feministas e antirracistas. O segundo capítulo apresenta os conceitos abordados por Gonzalez em sua obra, como africanidade, pretuguês, racismo, entre outros. No terceiro capítulo é destacado o encontro de Gonzalez com alguns intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr e Oliveira Vianna, mostrando as convergências e divergências entre suas perspectivas. O trabalho se encerra com as considerações finais, que sintetizam as principais reflexões obtidas ao longo da pesquisa.

2 VIDA E OBRA DE LÉLIA GONZALEZ

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto biográfico e histórico da vida de Lélia Gonzalez, destacando seu papel fundamental nos movimentos sociais, especialmente no antirracismo e no feminismo, ressaltando-a como uma das principais intelectuais brasileiras e um ícone do feminismo negro no país. Ele explora as origens de Lélia, sua educação, o ambiente em que cresceu, sua trajetória acadêmica, envolvimento com o movimento negro, casamento com um homem branco e os desafios familiares decorrentes disso. Além disso, o capítulo enfatiza suas contribuições na promoção da igualdade racial e de gênero, bem como sua influência no pensamento social brasileiro, destacando sua defesa de um "Feminismo Afro-latino-americano" e seu compromisso com a acessibilidade linguística. Destaca-se a proposta de inscrever o nome de Lélia Gonzalez no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria como um reconhecimento de seu papel na defesa e construção do Brasil.

Herói ou heroína da pátria é um título dado a personalidades que tiveram papel fundamental na defesa ou na construção do país. O nome é registrado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria — ou Livro de Aço, pois a obra de fato é formada por páginas de aço — abrigado no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. (Agência Senado, 2023)

De acordo com Werneck (2009), Lélia Gonzalez destaca-se nos movimentos sociais, particularmente no antirracismo e no feminismo, sendo reconhecida como uma das principais intelectuais brasileiras e um símbolo do feminismo negro no país. Além disso, sua influência se estende além das fronteiras nacionais, ganhando notoriedade internacional.

Lélia Gonzalez viveu entre as décadas de 1930 e 1990, um período marcado por importantes transformações políticas, sociais e culturais no Brasil.

Nesse contexto, ela nasceu como Lélia de Almeida em Belo Horizonte, cidade localizada no estado de Minas Gerais, no dia 1º de fevereiro de 1935. Ela foi a penúltima dentre os 18 filhos de Urcinda Seraphina de Almeida, uma mulher com ascendência indígena, e Acácio Joaquim de Almeida, um homem negro (Alex e Ratts, 2010).

Segundo Rios e Ratts (2010), essa família enfrentava dificuldades financeiras, com poucos recursos econômicos. A mãe, mesmo sendo analfabeta e trabalhando como empregada doméstica, desempenhou um papel fundamental ao ensinar a Lélia sobre a importância da independência. Por outro lado, o pai trabalhava como operário ferroviário.

Na década de 1930, o Brasil passou por uma série de mudanças significativas devido a acontecimentos tanto a nível nacional como internacional. A crise econômica global, que começou com o colapso da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, teve repercussões profundas no Brasil.

No contexto político, a década de 1930 foi marcada pela ascensão do Estado Novo, um regime autoritário liderado por Getúlio Vargas. Vargas assumiu o poder em 1930, após a Revolução de 1930, que derrubou o presidente Washington Luís. O Estado Novo foi caracterizado por um forte controle do governo sobre a economia, a política e a sociedade. O país passou por uma crise econômica, uma mudança de regime político e uma transformação social. Essas mudanças tiveram um impacto significativo na história do Brasil (Azevedo, 2017).

[...] meu pai simbólico foi o Jaime... meus companheiros de infância eram meu irmão mais novo e os sobrinhos. Meu pai já era de cabelos brancos... bem mais velho que minha mãe... efetivamente meu pai foi o Jaime... eu fiz o mesmo percurso que ele foi modelo... ele ultrapassou a barreira da cor... (Viana, 2006, p. 45)

Conforme explicado acima, Lélia Gonzalez cultivava grande admiração pelo irmão que através de seu talento transpôs barreiras sociais e raciais, servindo de exemplo para a irmã que seguiria os mesmos passos mais tarde.

O pai de Lélia faleceu quando ela era muito pequena. Ela tinha um forte vínculo afetivo com seu irmão mais velho, Jaime, que era jogador de futebol do Atlético Mineiro. Lélia chamava Jaime de "pai simbólico". Quando Lélia tinha apenas sete anos, Jaime recebeu um convite para integrar o elenco do Flamengo. Devido a essa oportunidade, a família decidiu se mudar para o Rio de Janeiro em 1942, que na época era a capital do país. Logo após se estabelecerem na cidade maravilhosa, a família enfrentou uma perda dolorosa: o pai de Lélia faleceu poucos meses após a mudança. Os autores Ratts e Rios (2010) indicam que essa situação trouxe consigo grandes desafios para todos.

Conforme Ratts e Rios (2010, p. 24), "as barreiras de classe, de raça e de gênero foram duras para toda a família. Lélia, no entanto, pôde frequentar o jardim de infância". Seus irmãos por serem mais velhos, não tiveram essa mesma condição, era frequente entre membros da família abandonar os estudos para trabalhar. Realidade que só mudou graças às novas condições proporcionadas pelo irmão Jaime, conforme mencionado acima.

A educação de Lélia foi diferente daquela oferecida às crianças negras e pobres de sua época, por exemplo, desde o jardim de infância, ela teve a oportunidade de estudar, graças ao apoio de uma família italiana para a qual sua mãe trabalhava. Visto que sua mãe também havia sido ama de leite de uma das crianças dessa família, o que possibilitou que Lélia tivesse acesso à educação custeada por eles. Enquanto a maioria de seus irmãos encerrou seus estudos na escola primária, Lélia teve a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos (Azevedo, 2017).

De acordo com Werneck (2009), no contexto de sua educação, que incluiu passagens pela Escola Rivaldavia Correia e pelo tradicional Colégio Pedro II, Lélia Gonzalez demonstrou interesse em aprender idiomas, com ênfase no francês. No entanto, à medida que progredia em sua educação formal, ela se distanciava de sua identidade étnico-racial, passando por um processo de alienação pedagógica que a levou a adotar uma perspectiva embranquecida de si mesma.

Lélia iniciou o estudo de outros idiomas - algo raro ou, no mínimo, incomum para meninas e jovens negras das classes populares. De francês, ela se tornaria tradutora. Porém, história e geografia, disciplinas com grande carga horária no ginásio, atraíram ainda mais sua atenção. (RATTS E RIOS, 2010, p. 32).

Posteriormente entre 1954 e 1958 realiza o bacharelado e licenciatura em História e Geografia – Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Uerj). Em seguida entre 1959 e 1962 conclui o bacharelado e licenciatura em Filosofia na mesma universidade. Logo depois passou a lecionar na rede pública; em 1963 tornou-se professora das Faculdades de Filosofia de Campo Grande (FEUC).

Mais tarde ampliou sua vasta carreira acadêmica com mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além disso se forma doutora em Antropologia Política pela Universidade de São Paulo (USP). Ademais fez cursos livres em Sociologia e Psicanálise.

Na década de 1960 testemunhou o início da ditadura militar no Brasil, que se estenderia até meados dos anos 1980. Em 1964, um golpe militar derrubou o governo democraticamente eleito de João Goulart, estabelecendo um regime autoritário. Sob a ditadura, houve censura à imprensa, perseguição política e restrições às liberdades civis. Muitos dissidentes políticos foram presos, torturados ou exilados. Nesse contexto, surgiram movimentos de resistência, incluindo grupos armados de esquerda, sindicatos e movimentos estudantis. Lélia Gonzalez e outros ativistas

negros também começaram a organizar-se em torno de questões raciais. Foi um período de forte repressão e violações dos direitos humanos, durante o qual Lélia Gonzalez se envolveu ativamente na luta por justiça social e direitos civis (Bairros, 2023).

A vida de Lélia foi muito marcada pelos estudos, inicialmente pelas línguas, algo que a sobressaía dos demais. Mais à frente esses estudos linguísticos serão utilizados para traduzir autores de seu interesse. As matérias que a garotinha Lélia simpatizava mais, são as que ela resolve se aprofundar em sua primeira graduação, História e Geografia.

Segundo Azevedo (2017), Lélia Gonzalez, uma figura notável nos movimentos sociais brasileiros, desafiou a ideologia racista dominante que negava a existência do racismo no Brasil. Sua jornada de autodescoberta começou com sua educação, onde foi submetida a um discurso pedagógico que a levou a negar suas raízes e identidade negra. No entanto, quando prosseguiu seus estudos em História e Filosofia, ela passou a perceber as contradições sociais e raciais presentes na sociedade e a compreender a importância de suas raízes.

Em entrevista à patrulhas ideológicas Gonzalez explica (1980, p. 202):

Na faculdade eu já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. Eu fiz Filosofia e História. E a partir daí começaram as contradições. Você enquanto mulher e enquanto negra sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior. E claro que, enquanto estudante muito popular na escola, como uma pessoa legal, aquela pretinha legal, muito inteligente, os professores gostavam, esses baratos todos.

Em 1964, conforme Ratts e Rios (2010, p. 51), "ela se casou com Luiz Carlos Gonzalez, colega de faculdade de origem espanhola também formado em Filosofia pela Universidade do Estado da Guanabara." Conforme citado acima, a autora afirma que à medida que avançava nos estudos percebia que as contradições que experimentava enquanto mulher negra.

Segundo Azevedo (2017), seu casamento com um homem branco desencadeou uma série de conflitos familiares devido à discriminação racial, culminando no suicídio de seu marido. Em homenagem a ele e como um ato de resistência, Lélia adotou o sobrenome Gonzalez e se tornou uma defensora da luta contra a discriminação racial e de gênero.

Mas quando chegou a hora de casar, eu fui me casar com um cara branco. Pronto, daí aquilo que estava reprimido, todo um processo de internalização de um discurso da "democracia racial" veio à tona, e foi um contato direto com uma realidade muito dura. A família do meu marido achava que o nosso regime matrimonial era, como eu chamo, de "concubinação", porque mulher

negra não se casa legalmente com homem branco; é uma mistura de concubinato com sacanagem, em última instância. Quando eles descobriram que estávamos legalmente casados, aí veio o pau violento em cima de mim; claro que eu me transformei numa “prostituta”, numa “negra suja” e coisas desse nível..., mas meu marido foi um cara muito legal, sacou todo o processo de discriminação da família dele, e ficamos juntos até sua morte. (Pereira E Holanda, 1979, p. 203).

Gonzalez e o marido sofreram muita discriminação o que culminou numa tragédia de acordo com Ratts e Rios (2010, p. 52): “ele, no entanto, teve descompassos pessoais e cometeu suicídio. O confronto com a família de Luiz Carlos e a morte deste marcaram a vida de Lélia.”

[...] essa pessoa demonstrou uma solidariedade extraordinária em nível de casamento e, por outro lado, dentro dessa solidariedade ele foi a primeira pessoa a me questionar com relação ao meu próprio branqueamento (Viana, 2006, p. 52).

Luiz Carlos foi uma figura significativa em sua trajetória, questionando seu processo de embranquecimento. De acordo com Werneck (2009), esse processo de embranquecimento só foi interrompido após seu casamento. Esse casamento gerou conflitos com sua família, que esperava que ele se casasse com alguém de status social semelhante. O suicídio de seu esposo, devido à pressão desse evento e a questões psicológicas, foi um ponto de virada em sua vida e a levou a se envolver profundamente com o movimento negro e a dedicar-se ao estudo da psicanálise e do candomblé.

Dois anos após o falecimento do marido, Gonzalez sofre a morte da mãe. Em 1972 a atividade de Gonzalez como professora é fichada pelo DOPS, investigando possível doutrinação marxista feita em conjunto com o professor Lincoln Penna. De acordo com Ratts e Rios (2010, p. 60), “em 1979, sendo a única pessoa negra entrevistada para o livro *Patrulhas ideológicas*, que continha depoimentos de artistas, intelectuais e militantes”.

Em virtude dos acontecimentos pessoais, Gonzalez procura amparo na psicanálise. “Foi inclusive a psicanálise que me ajudou neste processo de descobrimento da minha negritude.” (O Pasquim, 1986, p. 10). Em 1976, lecionou o primeiro curso de Cultura Negra no Brasil, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Esse curso abrangia uma variedade de temas relacionados à cultura negra, incluindo aspectos que iam desde religião até manifestações culturais como o samba e o carnaval.

Ao empreender essa análise, busca-se não apenas atribuir um lugar específico, mas também contribuir para que a comunidade negra se posicione

e reconheça a si mesma e aos seus antepassados como presenças significativas em nossa realidade cultural (Machado; Silva; Baudoin & Carrilho, 2019, p.75).

A partir daí começa a se envolver com o movimento negro no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Na década de 70 Gonzalez passa a internalizar sua negritude, por exemplo, através do cabelo, das roupas, dos adornos, unindo arte, cultura e política manifestados transversalmente em seus corpos e existências assim como faziam outros de sua época.

Exatamente nessa época atua como professora da Universidade Gama Filho, logo depois entre 1973 a 1975 atua como vice-diretora da Faculdade de Comunicação, coordenadora do Departamento de Estudos e Pesquisas do Centro Cultural, e diretora do Departamento de Comunicação, todos nas Faculdades Integradas Estácio de Sá. Ao mesmo tempo em que atua como editora assistente na Editora Rio Sociedade Cultural Ltda.

No ano seguinte se tornou membro da assessoria política do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) permanecendo até 1978 quando se torna membro da comissão executiva nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), movimento do qual participou da fundação nas escadarias do Teatro Municipal, em ato emblemático que consolidou ainda mais do movimento negro da época.

Assumi o cargo de diretora executiva na primeira eleição da Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado, ainda em 1978. Dali em diante, trabalhei na articulação e, em especial, na formação política dos ativistas, por meio de palestras, cursos, reuniões e produção de textos, que eram divulgados em diferentes espaços e, sobretudo, na imprensa negra, em particular no jornal do MNU. (RATTS E RIOS, 2010, p. 84)

Como líder, desempenhou um papel fundamental na criação do Movimento Negro Unificado no Brasil em 1979, atuando como porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar as mulheres dentro do próprio movimento. Além disso, ela destacou o racismo que impediu a participação das mulheres negras no movimento feminista. “No feminismo brasileiro é preciso distinguir o papel desempenhado pelas mulheres negras no processo de libertação das mulheres brancas.” (Marin, 2023, p.16)

Em 1978 assume a direção do Planetário da Gávea até 1979, concomitantemente inicia no cargo de professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde permanece até o fim da vida em 1994 quando assumia o cargo de chefe do Departamento de Sociologia da mesma universidade. Foi homenageada com o título de uma das dez mulheres do ano de 1981, concedido

pelo Conselho Nacional da Mulher Brasileira. No final dos anos 1970, o regime militar iniciou um processo de abertura política gradual, permitindo eleições indiretas para a presidência e a formação de partidos políticos. Paralelamente, cresceu a luta pelos direitos civis e políticos, com protestos e movimentos sociais ganhando força. Gonzalez desempenhou um papel importante na promoção da igualdade racial e de gênero nesse período. Em 1978, foi promulgada a Lei de Anistia, que permitiu o retorno de muitos exilados políticos e o fim da censura prévia à imprensa (RIOS, 2022).

No Partido dos Trabalhadores (PT) atuou entre 1981-86 como militante, membro do Diretório Nacional, candidata a deputada federal e eleita a primeira suplente, logo após como assessora política da vereadora Benedita da Silva na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Por conta de sua militância na luta contra a discriminação da mulher foi a Primeira mulher negra eleita uma das “Mulheres do Ano” pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, em 1981.

Escreveu juntamente com o sociólogo argentino Carlos A. Hasenbalg seu primeiro livro "Lugar de Negro" em 1982 no Rio de Janeiro. Em sua contracapa vem a seguinte sinopse:

Num país onde o preconceito racial ativo dos brancos dominantes se disfarça detrás do mito da democracia racial, Lugar de Negro põe, efetivamente, muitas coisas no lugar. [...] Lugar de Negro traça um panorama sucinto de um dos problemas sociais mais candentes de nosso país, onde o problema étnico está, desde o começo, ligado à questão das classes e do destino político de nossa nação. (Hasenbalg E Gonzalez, 2022, contracapa)

O livro Lugar de negro de Hasenbalg e Gonzalez lançado em 1982, é um marco na literatura brasileira sobre as relações raciais. Reúne três textos que analisam o racismo no Brasil, desconstruindo o mito da democracia racial. Aborda a trajetória histórica da população negra no Brasil, desde a escravidão até os dias atuais. Gonzalez mostra como o racismo estrutural, baseado na ideia da superioridade da raça branca, tem impedido o desenvolvimento da população negra brasileira. Analisa a formação do racismo no Brasil, desde o período colonial até o século XX. Hasenbalg mostra como o racismo brasileiro se caracteriza por sua complexidade e ambiguidade, combinando elementos de preconceito e discriminação. Gonzalez discute a relação entre raça e classe no Brasil e argumenta que a raça é uma categoria social fundamental que estrutura as relações de poder na sociedade brasileira. "Lugar de negro" é um livro essencial para quem deseja entender as dinâmicas de raça e classe no Brasil. O livro é rico em informações e análises, e contribui para desconstruir

o mito da democracia racial e promover o debate sobre as desigualdades raciais no país.

A década de 1980 foi marcada pelo processo de redemocratização do Brasil, com a realização de eleições diretas para a presidência em 1989. Durante esse período, a sociedade civil desempenhou um papel fundamental na luta por direitos e na elaboração de uma nova Constituição, promulgada em 1988, que garantia várias liberdades e direitos civis. Gonzalez continuou a ser uma defensora ativa da igualdade racial e de gênero, e sua influência se refletiu em discussões políticas e legislações nacionais.

Segundo Azevedo (2017), foi fundadora e Coordenadora do Colegiado do Nzinga/Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro em 1983. Em 1985 foi indicada para o Ministério da Cultura. Mesmo ano que ingressou como membro do conselho deliberativo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, onde permaneceu até 1989. Por fim, a atuação política foi novamente candidata a deputada estadual, mas desta vez pelo Partido Democrático Trabalhista PDT quando também foi eleita primeira suplente em 1986.

De acordo com panfleto de sua candidatura a deputada estadual em 1986:

Primeira mulher negra a sair do país para divulgar a verdadeira situação da mulher negra brasileira. Vice-Presidente do 1o e do 2o Seminário da ONU sobre a "Mulher e o apartheid" (Montreal-Canadá e Helsinque- Finlândia, 1980). Representante brasileira do Fórum da Meia Década da Mulher (Copenhague-Dinamarca, 1980). Convidada especial da ONU para a conferência sobre "Sanções" contra a África do Sul (Paris-França, 1981). Representante brasileira no Seminário "Um outro desenvolvimento com as mulheres" (Dacar-Senegal, 1982). Representante brasileira no Fórum de Encerramento da Década da Mulher (Nairóbi-Quênia, 1985). (Ratts E Rios, 2010, P. 11-12).

Escreve sozinha o livro "Festas populares no Brasil" publicado em 1987. Neste livro trata da contribuição negra: "Lélia Gonzalez explicita essa contribuição destacando a importância de negros e índios na "nacionalização" na cultura nacional brasileira." (Viana, 2006, p. 177).

O livro "Festas Populares no Brasil", de Gonzalez, lançado em 1987, trata da importância das festas populares para a cultura brasileira. Discute a natureza das festas populares, sua importância para a cultura e a sociedade, e seus diferentes tipos. Ela argumenta que as festas populares são manifestações culturais que expressam a identidade e a diversidade do povo brasileiro. Analisa algumas das principais festas populares brasileiras, incluindo o Carnaval, o São João, o Círio de Nazaré, a Folia de Reis e a Festa do Divino Espírito Santo. Ela mostra como essas festas refletem a

diversidade cultural do Brasil, bem como a importância da cultura afro-brasileira. Discute o papel das festas populares na vida da população negra brasileira. Ela argumenta que as festas populares são uma importante forma de expressão cultural e social para a população negra, e que elas ajudam a preservar a memória e a identidade afro-brasileira.

Na década de 1990, o Brasil enfrentou desafios econômicos, como o Plano Real, que visava controlar a hiperinflação, e reformas econômicas mais amplas. A desigualdade social continuou a ser um problema persistente, com movimentos sociais e ativistas, incluindo Gonzalez, trabalhando para promover a igualdade racial e de gênero. Fica evidente depois de conhecer um pouco mais sobre a vida de Gonzalez a importância de estudá-la, pois contribuiu na luta contra o racismo e na busca pela igualdade racial e de gênero e foi fundamental tanto para o movimento negro quanto para o feminismo. Possui grande trajetória intelectual, trazendo contribuições para o pensamento social brasileiro, principalmente no que diz respeito a interseccionalidade das discriminações entre raça, classe e gênero, relações de poder, cultura, relações de poder e construção da identidade brasileira (RIOS, 2022).

Gonzalez foi uma grande articuladora e ativista, envolvendo-se em diferentes movimentos sociais e atuando na formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial. Seu trabalho teve impacto tanto na academia quanto na militância, influenciando gerações posteriores de intelectuais e ativistas. Portanto, estudar Gonzalez nos permite compreender melhor o contexto histórico e social em que vivemos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e justa.

O portal da literatura afro-brasileira – LITERAFRO (2023), mostra que Gonzalez desempenhou um papel pioneiro ao questionar o feminismo predominante, que frequentemente ignora as necessidades das mulheres afrodescendentes. Ela advogou pela descolonização do feminismo e propunha a formação de um "Feminismo Afro-latino-americano" liderado por mulheres negras e indígenas.

Além disso, Gonzalez criticou a linguagem acadêmica e a gramática normativa, argumentando que muitas pessoas negras não tinham acesso à educação formal. Ela se esforçava para criar textos de fácil compreensão, com o objetivo de educar e conscientizar um público mais abrangente, introduzindo o conceito de "pretuguês" como uma expressão da africanização do português falado no Brasil. Este contexto histórico complexo, que inclui ditadura militar, abertura política,

redemocratização e desafios econômicos, fornece o pano de fundo no qual Gonzalez viveu e atuou como uma voz importante na luta por direitos civis, igualdade racial e de gênero no Brasil. Gonzalez viveu em um contexto histórico particularmente desafiador e significativo no Brasil. Nascida em 1935 e falecida em 1994, sua vida e ativismo abrangeram várias décadas do século XX, marcadas por eventos e mudanças sociais cruciais (De Oliveira Reis, 2019).

Sua vida e seu ativismo foram moldados por essas circunstâncias desafiadoras, e suas contribuições para a igualdade racial e de gênero deixaram um legado significativo no Brasil.

A deputada federal Denise Pessoa através da relatoria da deputada federal Benedita da Silva apresentou o projeto de lei que pretende inscrever o nome de Gonzalez no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria.

Segundo a Agência do Senado (2023),

Herói ou heroína da pátria é um título dado a personalidades que tiveram papel fundamental na defesa ou na construção do país. O nome é registrado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria — ou Livro de Aço, pois a obra de fato é formada por páginas de aço — abrigado no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Criado em 1992, o livro reúne protagonistas da liberdade e da democracia, que dedicaram sua vida ao país em algum momento da história. A inscrição de um novo personagem depende de lei aprovada no Congresso. Até março de 2023, 64 títulos foram inscritos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, sendo 51 homens e 13 mulheres. São militares, escritores ou intelectuais, revolucionários, políticos, enfermeiros, inventores, músicos e um imperador. (Agência Senado, publicado em 05/04/2023)

Em 2018, a União dos Coletivos Pan-Afrikanos de São Paulo organizou o livro “Primavera Para as Rosas Negras”, que traz entrevistas inéditas com Gonzalez, feitas por Elizabeth Viana, mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e por Milton Barbosa, militante do Movimento Negro Unificado (MNU) de São Paulo. As entrevistas revelam a trajetória pessoal e intelectual de Gonzalez, sua luta contra o racismo e o sexismo, e sua contribuição para o feminismo negro. Reúne textos e depoimentos de Gonzalez sobre temas como o racismo, o sexismo, a interseccionalidade, a cultura afro-brasileira e o feminismo negro. Os textos são ricos em informações e análises, e contribuem para a compreensão da obra de Gonzalez e da luta feminista negra. O livro Primavera para as Rosas Negras é uma obra fundamental para quem deseja entender o feminismo negro e a luta contra o racismo e o sexismo no Brasil.

Flavia Rios e Márcia Lima organizaram, em 2020, o livro “Por um feminismo afro-latino-americano”, com seleção de textos de Gonzalez escritos entre 1979 e 1994, que abordam temas como o racismo, o sexismo, a interseccionalidade, a cultura afro-brasileira e o feminismo negro. Elas organizaram os textos em três partes, que refletem as principais preocupações da autora: a mulher negra, o feminismo negro e a cultura afro-brasileira. Traz uma importante contribuição para a compreensão do feminismo negro e da situação da mulher negra no Brasil e na América Latina. O livro é rico em informações e análises, e contribui para promover o debate sobre a importância da luta feminista negra.

Este capítulo apresentou a trajetória de vida e a influência de Gonzalez, uma destacada intelectual brasileira, nos movimentos sociais, especialmente no antirracismo e feminismo. O capítulo abordou sua origem em Belo Horizonte, sua educação, envolvimento com o movimento negro e desafios familiares, incluindo o casamento com um homem branco. Destacou suas contribuições na promoção da igualdade racial e de gênero, evidenciando sua defesa do "Feminismo Afro-latino-americano". Ressalta a proposta de incluir seu nome no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, reconhecendo seu papel na construção do Brasil. Gonzalez, além de seu papel acadêmico, foi uma ativista essencial na luta por direitos civis, igualdade racial e de gênero no Brasil, deixando um legado significativo.

Lélia Gonzalez é original ao interpretar o capitalismo brasileiro como desigual e dependente, e por apontar que mesmo dentro da classe trabalhadora é preciso reconhecer, por exemplo, a desigualdade quando fazemos um recorte por raça e gênero. (Marin 2023, p.16)

O capítulo a seguir apresenta a abordagem interseccional de Gonzalez, com foco na situação da mulher negra na sociedade brasileira. Gonzalez examina como os conceitos de racismo e sexismo entrelaçam-se, resultando em impactos violentos na realidade das mulheres negras. A autora ressalta a importância da língua e da cultura afro-brasileiras na construção da identidade cultural do país, destacando o papel crucial das mães pretas na transmissão desses valores. Ela introduz o conceito de "Pretuguês", derivado da influência das línguas africanas no português brasileiro. Além disso, explora a amefricanidade como uma forma de reconhecer a presença negra na América Latina, criticando a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial como instrumentos de opressão e invisibilização da população negra no Brasil. Também examina a interconexão entre racismo e sexismo na cultura

brasileira, propondo uma transformação social que confronte as opressões em busca da igualdade e justiça.

3 CONCEITOS-CHAVE NA OBRA DE LÉLIA GONZALEZ

Esse capítulo visa expor a abordagem interseccional de Lélia Gonzalez, principalmente focada na situação da mulher negra na sociedade brasileira. Ela analisa como os conceitos de racismo e sexismo se entrelaçam, afetando de forma violenta a realidade das mulheres negras. A autora destaca a importância da língua e da cultura afro-brasileiras na formação da cultura do país, enfatizando o papel fundamental das mães pretas na transmissão desses valores. Ela discute o "Pretuguês", resultado da influência das línguas africanas no português brasileiro. Além disso, aborda a amefricanidade como uma forma de reconhecer a presença negra na América Latina. Ela critica a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, mostrando como são conceitos de opressão e invisibilização da população negra no Brasil. A obra também analisa a interconexão entre o racismo e o sexismo na cultura brasileira e propõe uma transformação social que confronte as opressões e busque a igualdade e a justiça.

Flavia Rios e Marcia Lima organizadoras do livro *Por um Feminismo Afro-latino-americano*, destacam três abordagens do pensamento de Gonzalez, a decolonial, a interseccional e a psicanalítica. (Gonzalez, 2020)

A abordagem decolonial de Gonzalez é uma forma de pensar a realidade brasileira e latino-americana a partir das experiências e perspectivas dos grupos subalternizados pelo colonialismo, especialmente as mulheres negras. Segundo Gonzalez, o colonialismo não se limita a uma relação política e econômica entre metrópole e colônia, mas também envolve uma dimensão simbólica e psíquica que reproduz a hierarquização racial e de gênero na sociedade. Para desafiar essa estrutura, Gonzalez (2020) propõe uma análise crítica que articula as categorias de raça, classe e gênero, e que dialoga com as teorias sociais clássicas e contemporâneas, mas também com as sabedorias e resistências dos povos afro-indígenas. Gonzalez (2020) defende, assim, um feminismo afro-latino-americano que reconhece a diversidade e a pluralidade das mulheres e que busca a emancipação de todas as formas de opressão.

De acordo com o Gonzalez, colonialidade é um conceito que se refere ao conjunto de relações de poder, exploração e dominação que foram estabelecidas pelos países europeus sobre os povos colonizados na América, África e Ásia. Gonzalez aborda as diferentes formas de colonialidade, como o colonialismo, o

racismo, o imperialismo e o neocolonialismo, e seus efeitos sobre a cultura, a identidade e a resistência dos povos amefricanos (termo usado pela autora para designar os descendentes de africanos no continente americano). Gonzalez também destaca a importância de reconhecer e valorizar a amefricanidade como uma categoria político-cultural que expressa a diversidade e a originalidade das manifestações culturais dos povos de origem africana na América. (Gonzalez, 1988a)

Já o neocolonialismo é um termo que se refere à dominação política, econômica, cultural e social exercida pelas potências capitalistas europeias sobre algumas regiões da África, Ásia e Oceania, principalmente entre o final do século XIX e o início do século XX. Esse processo foi motivado pela expansão do capitalismo industrial e financeiro, que buscava novos mercados, matérias-primas e mão de obra barata. Os países europeus usaram argumentos como a superioridade racial, a missão civilizadora e o darwinismo social para justificar a exploração e a violência contra os povos colonizados. O neocolonialismo também é chamado de imperialismo ou novo colonialismo, para diferenciá-lo do colonialismo anterior, que ocorreu entre os séculos XVI e XVIII, baseado no capitalismo comercial e mercantil. O neocolonialismo teve como consequências o atraso econômico, a dependência política, a perda de identidade cultural e a resistência nacionalista das colônias. Além disso, o neocolonialismo foi uma das causas das duas guerras mundiais, que envolveram disputas territoriais e comerciais entre as potências europeias. (Gonzalez, 1984b)

A abordagem da interseccionalidade de Gonzalez (2020) é uma forma de analisar as dimensões da dominação sexual, de classe e de raça que afetam as mulheres negras no Brasil e na América Latina. Ela busca compreender como essas categorias se articulam nas formas de opressão e hierarquização racial, bem como na formação de identidade de afirmação coletiva. Essa abordagem é fruto da atuação política de Gonzalez nos movimentos negro e feminista, mas também resultado de uma abertura intelectual que a permitiu dialogar com diferentes campos disciplinares e referências nacionais e internacionais. “Esse tipo de abordagem a aproxima ainda mais de autoras como Angela Davis, Patricia Hill Collins e mesmo Kimberlé Crenshaw — esta última responsável por cunhar o termo interseccionalidade¹.” (Rios E Lima, 2020, p.13)

¹ A interseccionalidade, como nos trouxe Angela Davis no livro "Mulher, Raça e Classe" (Crenshaw, 1989), fornece uma interação de diferentes formas de opressão. Esse conceito se torna

Enquanto que a decolonialidade é um movimento que busca questionar e superar os efeitos da colonialidade, que é a forma de dominação que persiste mesmo após o fim do colonialismo. A colonialidade se manifesta na imposição de uma visão eurocêntrica, racista, sexista e capitalista sobre os povos colonizados, negando suas culturas, saberes e identidades. A decolonialidade propõe uma crítica radical à modernidade, que é vista como um projeto de expansão capitalista e ocidental, e uma valorização das epistemologias, das práticas e das resistências dos povos do sul global. (Gonzalez, 2020)

A abordagem psicanalítica de Gonzalez (2020) é uma forma de analisar a cultura, a política e a identidade a partir das noções de Freud e Lacan, considerando os efeitos do racismo, do sexismo e da colonialidade na sociedade brasileira. Ela se interessa pelo que é silenciado, interdito ou subvertido pela linguagem no cotidiano, especialmente pelas mulheres negras. Ela também busca compreender os mecanismos de racionalização, esquecimento e recalçamento que impedem o reconhecimento da negritude. Ela não se limita ao campo disciplinar da psicanálise, mas dialoga com as ciências sociais, a filosofia, a história e a religião. Ela se inspira em autores como M. D. Magno, Betty Milan, Jacques-Alain Miller e Jacques Lacan, entre outros.

3.1 CONCEITOS LIGADOS A ABORDAGEM DECOLONIAL

Os conceitos Amefricanidade, América-ladina, mulheridade e pretuguês estão ligados à abordagem decolonial de Gonzalez. Esses conceitos são importantes para a compreensão da história e da cultura das populações negras e indígenas das Américas. Eles ajudam a desconstruir as narrativas eurocêntricas da história e da cultura das Américas.

3.1.1 Amefricanidade

No texto "A categoria político-cultural de amefricanidade" de 1988, Gonzalez propõe a categoria de amefricanidade como uma forma de superar a denegação da presença negra na América Latina. Ela argumenta que a América Latina é, na

fundamental para estudar a mulher negra na sociedade brasileira. Kimberlé Williams Crenshaw foi a mulher responsável pela formulação do conceito de interseccionalidade no ano de 1989. Esse conceito se torna fundamental para estudar a mulher negra na sociedade brasileira. Para apresentação do termo, ver Crenshaw (2002).

verdade, uma América, ou seja, uma região que foi profundamente influenciada pela cultura africana.

A categoria de "amefricanidade", cunhada pela autora, é uma combinação de "américa" e "africanidade." A amefricanidade é apresentada como uma categoria política e cultural que transcende barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas. Ela permite uma compreensão mais profunda de toda a América, desafiando a ideia de que o termo "americano" se aplica apenas aos estadunidenses. (Gonzalez, 1988a)

A categoria de amefricanidade, segundo Gonzalez, permite que os negros da América Latina se reconheçam como uma comunidade com uma história e uma cultura comuns. Isso é importante para a luta contra o racismo, que é um sistema de opressão que afeta todos os negros, independentemente de sua nacionalidade ou classe social. (Gonzalez, 1988a)

Gonzalez enfatiza a importância da categoria de amefricanidade como uma forma de reconhecer a identidade étnica dos descendentes de africanos no continente americano e superar uma visão eurocêntrica e idealizada da África. A amefricanidade é vista como uma categoria que se relaciona com outras, como o pan-africanismo, a negritude e a afrocentricidade, e que permite uma compreensão mais profunda da América como um todo (Gonzalez, 1988a). Os conceitos de resistência das mulheres amefricanas ao feminismo convencional, valorizando a "mulheridade" e o "coletivismo", são discutidos por Gonzalez em seu texto "Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher" de 1984. A autora destaca a importância de aprender com a organização das mulheres negras nesse contexto (Gonzalez, 1984c).

Além disso, Gonzalez explora a influência do Caribe na amefricanidade, abordando aspectos linguísticos, musicais e culturais. O créole é apontado como um elemento distintivo na região caribenha (Gonzalez, 1988c). A autora também aborda a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial como formas de opressão e invisibilização da população negra no Brasil. Essa ideologia, que defende a miscigenação como caminho para uma suposta raça superior, é criticada por Gonzalez.

3.1.2 América-ladina

A partir da complexa interação resultante da colonização portuguesa no Brasil, que envolveu a subjugação dos povos indígenas e africanos, emerge, segundo

Gonzalez, o conceito de amefricanidade. Esse conceito destaca como os países vizinhos ao Brasil, embora façam parte da América, possuem uma cultura profundamente influenciada pela contribuição africana. A singularidade dessa influência, marcada pela miscigenação, nos diferencia como ladinos em relação às outras culturas. Portanto, Gonzalez conclui por nos designar como América-ladina (Gonzalez e Hasenbalg, 2022).

Gonzalez e Hasenbalg (2022) baseiam sua argumentação em uma série de evidências, incluindo a presença de uma grande população negra na América Latina, que representa uma maioria em muitos países. A existência de uma cultura afro-americana distinta, que se manifesta na música, na dança, na culinária, na religião e em outras esferas da vida social. A resistência negra ao colonialismo e ao racismo, que é um testemunho da força e da vitalidade da cultura afro-americana.

A construção de um pensamento feminista afro-latino-americano é proposta como parte da amefricanidade, reconhecendo o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região e introduzindo a perspectiva de gênero. A situação das mulheres amefricanas é discutida como resultado de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais. Gonzalez (1984a) também questiona a ideia de "latinidade brasileira" e afirma que o Brasil é, na verdade, uma "América Ladina."

[...] ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os "pretos" e os "pardos" do IBGE) são ladino-amefricanos. (Gonzalez, 1988a, p.1)

Argumentando assim que todos os brasileiros são "ladino-amefricanos," sublinhando a presença negra na construção cultural do continente americano.

3.1.3 Mulheridade

González defende no I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS que o feminismo negro deve colocar a mulheridade, ou seja, a experiência de ser mulher negra, como centro de sua análise. Para ela, as mulheres negras são herdeiras de uma cultura ancestral que valoriza a solidariedade, o coletivismo e a diferença. Essa cultura é marcada pela resistência à dominação colonial e racista, e é essa resistência que deve inspirar o feminismo negro.

resgata o pensamento de outra mulher extraordinária, Simone de Beauvoir, quando esta afirma que a gente não nasce mulher, mas se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc., mas se tornar negra é uma conquista). (Gonzalez, 2020, p.250)

O feminismo latino-americano propôs novos conceitos e práticas que expressam a realidade e as aspirações das mulheres da região. A autora destaca a noção de mulherismo, cunhada por Alice Walker, que amplia e aprofunda a reflexão feminista ao resgatar a mulheridade das mulheres negras. “Sem descartar as importantes contribuições do feminismo para o movimento de mulheres como um todo, Walker amplia e aprofunda a reflexão feminista ao colocar a questão que eu traduziria por mulheridade.” (Gonzalez, 2020, p.249)

3.1.4 Pretuguês

Gonzalez discute a importância da língua e da cultura afro-brasileiras na formação da cultura brasileira. Essa língua, juntamente com a cultura afro-brasileira, foi transmitida pelas mães pretas, que foram escravizadas e forçadas a trabalhar como amas de leite e babás de crianças brancas. A autora aborda a influência da mãe preta, como sujeito suposto saber, na africanização do português falado no Brasil, que se refere como "pretuguês". A mãe preta desempenha um papel fundamental na transmissão de valores culturais afro-brasileiros e na linguagem, que é permeada por expressões africanas, originárias do Quimundo e do Umbundo, entre outras línguas africanas. Gonzalez afirma que as mães pretas desempenharam um papel fundamental na formação da cultura brasileira. Elas foram responsáveis por transmitir os valores culturais afro-brasileiros para as crianças brancas, que, por sua vez, os transmitiram para as próximas gerações. Isso significa que a cultura brasileira é, na verdade, uma cultura negra por excelência (Gonçalves, 2019).

Em entrevista a patrulhas ideológicas Gonzalez disse (1980, p. 205):

A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, é “pretuguês”.

É fundamental destacar que o português falado no Brasil difere do português de Portugal devido à influência significativa das línguas africanas. Essa distinção linguística é resultado da história do Brasil, marcada pela colonização, escravidão e miscigenação cultural. Uma das provas do cruzamento da cultura africana com a

cultura portuguesa, é a influência que a primeira incide sobre a segunda. Fazendo com que o idioma da colônia fosse diferente da metrópole, com o acréscimo de palavras e conceitos, com a troca do R pelo L em algumas palavras, Gonzalez chamou o resultado disso de Pretuguês (Santos, 2022).

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (Gonzalez, 1984a, p.80)

3.2 CONCEITOS LIGADOS A ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Os conceitos interseccionalidade, massa marginal, racismo e sexismo estão ligados à abordagem interseccional de Gonzalez. Esses conceitos são importantes para a compreensão da experiência das mulheres negras no Brasil e na América Latina. A abordagem interseccional é baseada na ideia de que as categorias sociais não são independentes, mas sim interdependentes. Isso significa que a raça, o gênero, a classe, etc. não podem ser analisadas separadamente, pois elas se influenciam mutuamente.

3.2.1 Massa marginal

Gonzalez se baseou nas formulações do intelectual argentino José Nun² para argumentar que a população negra ocupa um lugar de “massa marginal” nas relações de trabalho no Brasil.

Segundo Nun (1978) o desenvolvimento capitalista desigual e dependente gera uma série de problemas, incluindo a superpopulação relativa. Superpopulação relativa é a situação em que a quantidade de mão de obra disponível excede a quantidade de emprego socialmente necessário. Isso ocorre porque o desenvolvimento capitalista dependente é incapaz de gerar empregos suficientes para a população economicamente ativa. A superpopulação relativa se manifesta de duas formas: Exército industrial de reserva e a Massa marginal. O exército industrial de

² José Nun foi um intelectual, sociólogo e político argentino. Foi um dos principais teóricos da marginalidade na América Latina, e suas ideias tiveram grande influência nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social na região. Suas principais obras são: *Marginalidad y exclusión social* (1969), *La rebelión del coro: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común* (1989) e *El sentido común y la política: Escritos teóricos y prácticos* (2001).

reserva é composto por trabalhadores desempregados e subempregados. Esses trabalhadores estão disponíveis para o trabalho assalariado, mas não conseguem encontrar emprego. A massa marginal é composta por pessoas que não participam da vida econômica e social organizada. Essas pessoas podem ser desempregadas, subempregadas, em subemprego, autônomas, informais ou simplesmente viverem em situação de pobreza, miséria e exclusão.

[...] Nun retorna à questão da funcionalidade da superpopulação relativa afirmando que, no nosso caso, grande parte dela se torna supérflua e passa a constituir uma “massa marginal” em face do processo de acumulação hegemônico, representado pelas grandes empresas monopolistas. As questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem exatamente sobre essa população. [...] de que maneira o gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentemente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra. (Gonzalez, 1984b, p.2)

3.2.2 Interseccionalidade

No texto "Racismo e Sexismo na cultura brasileira", Gonzalez (1984a) reconhece que essas mulheres enfrentam não apenas uma, mas duas formas de opressão que se manifestam de maneira interdependente. Essa abordagem oferece uma compreensão mais profunda das complexidades das experiências das mulheres negras, indo além de análises simplificadas baseadas apenas em categorias isoladas de raça ou gênero. Ao descrever a convergência do racismo e sexismo como um fenômeno duplo, Gonzalez destaca a natureza violenta dessa interseção, evidenciando como as mulheres negras são impactadas de forma única e mais intensa pela interação dessas formas de discriminação. (Gonzalez, 1983) Isso enfatiza a necessidade da abordagem da interseccionalidade para compreender e abordar as complexidades das opressões enfrentadas pelas mulheres negras na cultura brasileira.

Nesse sentido, Gonzalez faz uso da interseccionalidade para demonstrar que o racismo e o sexismo acontecem ao mesmo tempo na sociedade brasileira e ambos recaem sobre a mulher negra de maneira violenta. (Gonçalves, 2019)

Gonzalez (1984a) destaca como o racismo e o sexismo se entrelaçam e se manifestam de maneira interdependente, resultando em experiências específicas de marginalização e desigualdade para as mulheres negras. Ela ressalta a necessidade de abordar essas opressões de forma conjunta, reconhecendo a complexidade e a interconexão das múltiplas dimensões de identidade e opressão.

O racismo é uma construção ideológica que se baseia na crença na superioridade de uma raça sobre as outras. É uma estrutura social que se manifesta na forma de discriminação no acesso a bens e serviços, no mercado de trabalho, na educação, na saúde, também se manifesta na forma de estereótipos, preconceitos e discriminações. É uma ferramenta de dominação, que é usada para manter a desigualdade social e econômica. (Gonzalez, 1988b)

O racismo transpassa diferentes setores da sociedade brasileira, abre espaço para uma divisão racial do trabalho, divisão racial do espaço. A análise de Gonzalez (1984) aponta para a necessidade de considerar tanto o racismo quanto o sexismo como formas interligadas de opressão que afetam a mulher negra de maneira particularmente intensa. Ela destaca a importância da luta contra essas formas de discriminação e exploração em uma sociedade que, de acordo com sua análise, ainda não superou completamente essas questões.

Para Gonzalez (1983) tanto o racismo como o sexismo foram naturalizados na sociedade ao longo do tempo, ainda que tenham como alvo grupos diferentes, a mulher negra é afetada pelas duas discriminações, fato esse que faz a autora discutir a realidade brasileira a partir da interseccionalidade, ampliando o debate das desigualdades de classe, para um questionamento interligado entre gênero, raça e classe.

O sexismo, assim como o racismo é uma forma de exclusão, discriminação e preconceito só que nesse caso baseado no gênero. Gonzalez (1984) revela que esse fenômeno gera desigualdades, estereótipos, e diversas formas de violência, que afetam as mulheres em diferentes âmbitos, no lar, no trabalho, na política, etc.

Marin (2023, p.16) afirma “O pensamento de Gonzalez está presente quando refletimos sobre a realidade brasileira e voltamos nosso olhar para o mercado de trabalho, o trabalho de cuidado e a violência contra as mulheres”. O conceito de sexismo refere-se à discriminação e opressão de gênero que afeta as mulheres, especialmente as mulheres negras, na sociedade brasileira. O sexismo é parte integrante da análise crítica de Gonzalez, que o associa ao racismo como uma forma estrutural de opressão. As mulheres negras enfrentam uma tripla discriminação, uma vez que são vítimas tanto do racismo como do sexismo, sendo colocadas em um nível mais alto de opressão (Gonzalez, 1984).

Gonzalez (1984) destaca que as mulheres negras no Brasil são afetadas pelo sexismo, que se manifesta em estereótipos que as relega a funções subalternas,

especialmente no trabalho doméstico e na prestação de serviços a famílias de classe média e alta. Elas sofrem com a internalização da subordinação e da "inferioridade" que lhes são atribuídas devido ao sexismo e ao racismo. Além disso, as mulheres negras enfrentam a sobrecarga da dupla jornada, com responsabilidades tanto no âmbito doméstico quanto no trabalho remunerado. O sexismo também está presente no sistema educacional, onde textos escolares e práticas educacionais muitas vezes perpetuam estereótipos racistas e sexistas. A discriminação de gênero e raça, aliada à valorização dos privilégios de classe, limita as oportunidades de ascensão para as mulheres negras na sociedade brasileira.

3.3 CONCEITOS LIGADOS A ABORDAGEM PSICANALÍTICA

Os conceitos de Mãe Preta, ideologia do branqueamento, mito da democracia racial, neurose cultural brasileira e racismo por denegação estão ligados à abordagem psicanalítica de Gonzalez. Esses conceitos são importantes para compreender a construção da identidade da mulher negra na sociedade brasileira. Gonzalez utiliza a psicanálise para compreender a construção da identidade da mulher negra na sociedade brasileira. A psicanálise pode ser uma ferramenta importante para a desconstrução do racismo e para a construção de uma identidade negra positiva.

3.3.1 Mãe preta

As figuras que desempenham um papel crucial nesse processo são aquelas que contribuíram para a transmissão da rica herança cultural afro-brasileira. Entre elas, as mães pretas assumem uma posição central, sendo responsáveis por transmitir não apenas a língua, mas também os valores culturais afro-brasileiros para a sociedade brasileira como um todo. Essas figuras desempenham um papel essencial na preservação e promoção da cultura afro-brasileira, transmitindo tradições, expressões linguísticas e valores que têm raízes profundas nas línguas africanas. (Gonzalez, 1988b)

Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro "branco" as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente, coube à mãe preta, enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o "pretuguês", como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira. (Gonzalez, 1983, p.5)

Assim, ao reconhecer o papel central dessas figuras na transmissão da cultura, língua e valores afro-brasileiros, compreendemos melhor a diversidade linguística e cultural que caracteriza a sociedade brasileira. Essa influência africana contribui para a riqueza e complexidade da identidade brasileira, enfatizando a importância de preservar e celebrar a herança cultural afro-brasileira. Santos (2022) destaca a importância da mãe preta como um sujeito que influencia a linguagem, a cultura e o modo de ser dos brasileiros, e enfatiza que a cultura brasileira tem raízes profundas na herança africana.

Gonzalez (1983) afirma que a mulher negra teve seus papéis na sociedade brasileira ligados ao cuidado doméstico e ao sexo, mas em nenhum dos dois casos por opção.

3.3.2 Ideologia do branqueamento

Gonzalez (1984c) discute a influência da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial no contexto brasileiro e latino-americano, destacando como essas ideias impactam a identidade e comportamento dos negros. A internalização de valores do grupo dominante branco é abordada como uma consequência dessas ideologias. A análise de Gonzalez inclui a menção de figuras históricas como Oliveira Vianna, que defendeu a política de branqueamento no Brasil. Isso exemplifica como membros do próprio grupo racialmente dominado aderiram a essa ideologia (Gonzalez, 1984c).

Finalmente, Gonzalez critica a maneira como Gilberto Freyre, um dos ideólogos das relações raciais no Brasil, minimiza a discriminação e a exploração sexual da mulher negra em sua teoria da "mestiçagem". A ideologia do branqueamento é apresentada como pano de fundo dos discursos que exaltam a miscigenação como um reflexo da "democracia racial" (Gonzalez, 1984)

Além disso, Gonzalez (1984c) destaca que a ideologia do branqueamento persiste nas representações sociais e na identidade dos negros brasileiros, levando a uma divisão entre o nível oficial, que promove a igualdade racial perante a lei, e o nível privado, onde se perpetuam estereótipos e preconceitos raciais.

Gonzalez (1984) argumenta que a ideologia do branqueamento tem efeitos devastadores sobre a população negra. Em primeiro lugar, ela leva à internalização do racismo, fazendo com que os negros se vejam como inferiores aos brancos. Em segundo lugar, ela dificulta a construção de uma identidade negra positiva, pois os

negros são constantemente pressionados a se assimilar à cultura branca. Isso se manifesta na tentativa de embranquecimento cultural e no desejo de se distanciar de sua identidade negra. (Gonzalez, 1984c).

3.3.3 Mito da democracia racial

Ao enfatizar a persistência dessas ideologias no Brasil e em sociedades latino-americanas, com destaque para sua influência em políticas de imigração e suas consequências na identidade racial e cultural dos negros, Gonçalves (2019), ao resenhar livro sobre Gonzalez, destaca a permanência dessas ideologias. Gonçalves (2019) define o mito da democracia racial como uma crença falsa que afirma que não há racismo no Brasil. Essa crença é baseada na ideia de que a miscigenação teria diluído as diferenças raciais no país. Argumenta que o mito da democracia racial é uma forma de opressão, pois ele impede que o racismo seja reconhecido e combatido. Além disso, o mito da democracia racial contribui para a invisibilização da população negra, pois ela é retratada como uma minoria insignificante.

Gonzalez (1981a) aborda a questão da "democracia racial" no contexto brasileiro. A autora argumenta que a ideologia da democracia racial, juntamente com a ideia de miscigenação, é perpetuada por meio de discursos que naturalizam a experiência da escravidão e minimizam seus efeitos prejudiciais na sociedade capitalista. A "democracia racial" é caracterizada como um mito que esconde a trágica realidade enfrentada pelos negros no Brasil. Ela é descrita como uma representação superficial que alega que todos são iguais perante a lei, evitando o reconhecimento das disparidades raciais. Além disso, aponta como a ideologia da democracia racial é usada para mascarar a hipersexualização e a objetificação das mulheres negras, especialmente durante eventos como o Carnaval (Gonçalves, 2019).

Gonzalez (1988a) também critica a visão oficial que o Brasil projetou no exterior, destacando a hipocrisia da "democracia racial" em contraste com as condições reais enfrentadas pelos negros no país. Ela argumenta que a "democracia racial" não reflete a verdadeira harmonia racial, mas, em vez disso, esconde o preconceito racial subjacente. Aborda o histórico de ideias relacionadas à questão racial no Brasil, mencionando a ideologia do branqueamento como uma tentativa anterior de "branquear" a população por meio da imigração europeia. Apesar de não ter se materializado demograficamente, essa ideologia persistiu nas representações culturais.

Destaca-se a complexidade da questão racial no Brasil, criticando a ideologia da "democracia racial" e a falta de reconhecimento das questões raciais como um problema real. Gonçalves (2019) enfatiza a necessidade de conscientização e a incorporação da cultura negra na construção de uma verdadeira nacionalidade brasileira.

O mito da democracia racial contribui para a neurose cultural brasileira através da manifestação de processos históricos, como a colonização, a escravização e a exploração, que deixaram profundas marcas na sociedade brasileira. Esses processos históricos contribuíram para a persistência do racismo e sua integração nas relações sociais e culturais do país. A neurose cultural brasileira reflete a maneira como o racismo está profundamente enraizado nas estruturas sociais e na psique coletiva do Brasil. É um conceito que ressalta como as questões raciais não são apenas um problema individual, mas também uma questão cultural e sistêmica.

A professora Gonzalez (1984a) aborda a noção de "neurose cultural brasileira" como uma forma de compreender a dinâmica do racismo no Brasil. Ela analisa como as questões estruturais e os desafios enfrentados pela sociedade brasileira estão profundamente enraizados na cultura e nas relações sociais, impactando tanto a psique coletiva quanto a individual. A "neurose cultural brasileira" é considerada como um reflexo dos processos históricos, como colonização, escravização e exploração, que deixaram marcas profundas na sociedade e contribuíram para a persistência do racismo.

Observa Gonzalez (1984a, p.230):

Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo.

3.3.4 Racismo por denegação

Gonzalez (1984a) destaca que, em vez de focar em reflexões que individualizam o racismo ou se concentram em situações específicas de indivíduos racializados, é necessário direcionar a atenção para os impactos perturbadores que o racismo tem sobre a sociedade como um todo. Ela aborda o conceito de "racismo por denegação," que é a negação da existência e dos efeitos do racismo na sociedade. Essa negação, muitas vezes sutil e implícita, contribui para a manutenção das

estruturas de opressão racial, silenciando as experiências de discriminação e marginalização enfrentadas por grupos racializados.

O fenômeno da neurose cultural demonstra o racismo por denegação, ao tentar provar que o racismo não existe em nosso país utilizando discursos racistas, como a ideologia do branqueamento, numa tentativa de apagar as contribuições do povo negro para a constituição do povo brasileiro, culminando no mito da democracia racial. Contudo, Gonzalez (1984a) ilustra que na sociedade brasileira desde sempre o negro teve seu lugar, principalmente a mulher negra, já que dela saíram os frutos de tal miscigenação, mistura essa que se deveu a estupro e não ao romance como alguns autores podem acreditar.

Gonzalez destaca que essa forma de racismo se manifesta quando há a negação da existência e dos efeitos do racismo na sociedade. É uma negação que pode ocorrer de maneiras sutis e implícitas, mas que contribui para a perpetuação das desigualdades raciais. Esse fenômeno resultou da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial, tentativas de apagar e negar o contributo dos povos indígenas e africanos na formação da sociedade brasileira. (Gonzalez, 1987)

Para Gonzalez (1988a), o racismo por denegação é particularmente prevalente na América Latina devido à influência histórica de países colonizadores como Espanha e Portugal. Essas nações desenvolveram estratégias eficazes de negação e ocultação do racismo, o que afetou a percepção e abordagem do racismo na região. Isso torna a luta contra o racismo na América Latina mais desafiadora, pois requer enfrentar não apenas manifestações explícitas de discriminação, mas também formas sutis e camufladas de racismo por denegação. O racismo não é apenas uma questão individual, ele faz parte de uma estrutura social e econômica. O racismo é um conjunto de práticas que reproduzem desigualdades baseadas na raça. É um fenômeno histórico fruto da colonização, escravização, incorporado às instituições. Está associado a desigualdade de poder e recursos.

O quadro a seguir apresentará uma lista com os conceitos que foram apresentados acima, o quadro a seguir está dividido em duas colunas. A primeira coluna apresenta o conceito, e a segunda coluna apresenta uma breve explicação do conceito.

Quadro 1 – Síntese dos Conceitos de Gonzalez

(continua)

Conceitos	Explicação
-----------	------------

Abordagem Decolonial	
Amefricanidade	Pode ser entendido como uma categoria política e cultural, se refere à experiência compartilhada por pessoas de ascendência africana nas Américas, que ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas.
América-ladina	Essa expressão é uma tentativa de desvincular o Brasil de uma identidade estritamente latina, enfatizando sua conexão profunda com a herança africana.
Mulheridade	A mulheridade é uma experiência complexa e multifacetada, que é moldada pelo racismo, pelo sexismo e pela classe social. É uma perspectiva que enfatiza a experiência das mulheres. Reconhece que as mulheres negras enfrentam uma série de desafios específicos.
Pretuguês	É um termo cunhado por Gonzalez para se referir a uma forma de expressão cultural que combina elementos da língua portuguesa com as influências culturais e linguísticas africanas. Essa forma de expressão abraça elementos da língua portuguesa, mas também incorpora palavras, frases e estruturas linguísticas de origem africana. É visto como um reflexo da herança afro-brasileira e uma maneira de manter viva a memória da África nas Américas.
Abordagem Interseccional	
Massa Marginal	Massa Marginal é um conceito que se refere ao grupo de pessoas que são excluídas dos processos de desenvolvimento econômico, social e político. Pode incluir trabalhadores desempregados, subempregados, trabalhadores em subemprego, trabalhadores autônomos e trabalhadores informais, bem como pessoas que vivem em situação de pobreza, miséria e exclusão. Esse grupo é composto principalmente por pessoas negras.
Interseccionalidade	A interseccionalidade reconhece que as pessoas não são afetadas por apenas uma dimensão de identidade (como raça, gênero, classe social), mas sim por várias simultaneamente. Isso significa que as experiências individuais e as desigualdades resultam da interseção dessas diferentes identidades, e não podem ser analisadas de forma isolada. A interseccionalidade busca, assim, destacar como as múltiplas dimensões de identidade se entrelaçam e se manifestam nas experiências de opressão, levando a uma compreensão mais completa das desigualdades e injustiças sociais.

Abordagem Psicanalítica	
Mãe Preta	A Mãe Preta é uma figura fundamental para a cultura brasileira. Ela é a responsável pela transmissão da cultura e dos valores africanos para a população brasileira. Ela também é a responsável pela criação de uma identidade negra brasileira, que é baseada na resistência e na luta.
Ideologia do Branqueamento	É um conceito que se refere a uma crença arraigada na sociedade brasileira de que o branqueamento da população, ou seja, a mistura de diferentes grupos raciais, levaria a uma melhoria da nação.
Mito da Democracia Racial	É uma concepção que afirmava que o Brasil era uma sociedade onde não existia preconceito racial, onde as diferenças étnicas eram supostamente harmoniosas e onde todos os grupos raciais conviviam de maneira igualitária.
Racismo por Denegação	É uma forma de racismo que se manifesta quando há a negação da existência e dos efeitos do racismo na sociedade. É uma negação muitas vezes sutil e implícita, na qual as pessoas, instituições e até mesmo a sociedade em geral evitam reconhecer ou confrontar a presença do racismo e suas implicações.

Fonte: elaborado pela autora.

Esses diferentes conceitos são fundamentais para a interpretação do Brasil, pois oferecem uma perspectiva mais profunda sobre a complexidade das relações sociais, culturais e históricas no país.

A interseccionalidade, que é a articulação entre as diferentes formas de opressão e discriminação que afetam as pessoas, como o racismo, o sexismo, o classismo, o etnocentrismo, entre outras. Essa ideia de articulação entre opressões foi introduzida por Gonzalez em um texto chamado A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (1983). A interseccionalidade das opressões, permite uma análise mais precisa das desigualdades e injustiças sociais ao considerar a interação entre diversas dimensões de identidade, como raça, gênero e classe social. Isso destaca a multiplicidade de experiências individuais, evitando abordagens simplistas e generalizações que não capturam a diversidade da sociedade brasileira.

A neurose cultural brasileira revela como os processos históricos, como a colonização e a escravidão, moldaram a sociedade brasileira, influenciando as dinâmicas raciais e culturais até os dias de hoje. Essa perspectiva enfatiza a

necessidade de abordar as questões raciais não apenas como problemas individuais, mas como aspectos integrados nas estruturas sociais e na psique coletiva do Brasil.

O racismo por negação destaca a importância de reconhecer e confrontar a existência do racismo, combatendo a tendência de negar ou minimizar seus efeitos. Essa abordagem contribui para a conscientização sobre a persistência do racismo e a necessidade de ações concretas para promover a igualdade racial.

A ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial questionam as noções historicamente enraizadas de que a miscigenação levaria automaticamente à melhoria da sociedade, ressaltando a importância de abordar questões estruturais. Isso desconstrói a falsa narrativa da harmonia racial, incentivando uma análise crítica das relações étnicas e o reconhecimento das desigualdades existentes.

A amefricanidade, que é a identidade cultural dos povos africanos nas Américas, que se caracteriza pela resistência, pela criatividade e pela reinvenção. Esse conceito foi desenvolvido por Gonzalez em parceria com o antropólogo Carlos Hasenbalg, no livro intitulado Lugar de Negro, (1982). Amefricanidade e América-Ladina ampliam a compreensão da identidade brasileira, reconhecendo as conexões profundas com a herança africana e ultrapassando fronteiras geográficas e linguísticas. Essa abordagem destaca a diversidade cultural e étnica nas Américas, enfatizando o papel central da experiência africana na construção da identidade brasileira.

Gonzalez, notável pensadora, introduz conceitos como "Pretuguês" e destaca a importância de reconhecer a herança africana na formação cultural do Brasil. Sua visão crítica aborda questões de identidade, racismo e cultura, oferecendo uma perspectiva valiosa para desafiar as estruturas dominantes e promover a valorização da diversidade.

Pretuguês, por sua vez, resgata e preserva aspectos da herança afro-brasileira, contribuindo para a manutenção da memória da África nas expressões culturais brasileiras. Isso demonstra a riqueza da diversidade linguística e cultural no Brasil, desafiando visões monoculturais e promovendo uma valorização das influências africanas na sociedade brasileira.

Em conjunto, esses conceitos proporcionam uma análise mais completa e contextualizada das dinâmicas sociais brasileiras, permitindo uma compreensão mais crítica e sensível das complexidades que moldam a realidade do país.

Os diferentes conceitos discutidos anteriormente fornecem um contexto essencial para compreender a importância de conectar as ideias de Gonzalez com os intérpretes Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Cada abordagem tem suas nuances e contribuições específicas para a compreensão da realidade brasileira, possibilitando uma análise mais abrangente e crítica das dinâmicas sociais no país.

O capítulo a seguir explora em resumo, a integração das ideias de Gonzalez com as abordagens de Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna possibilita uma visão mais completa e multifacetada das questões sociais brasileiras. Essa interconexão enriquece o debate acadêmico e contribui para uma compreensão mais profunda das complexidades que moldam a sociedade brasileira.

4 LÉLIA GONZALEZ ENCONTRA CAIO PRADO JR, GILBERTO FREYRE E OLIVEIRA VIANNA

O capítulo aborda a importância dos "intérpretes do Brasil", intelectuais e pensadores que contribuíram para a compreensão da história, cultura e desafios do país. Destaca a pluralidade de interpretações no Brasil devido à sua diversidade e história, mencionando figuras notáveis como Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Gonzalez é apresentada como uma intérprete do Brasil relevante, especialmente em questões de igualdade racial e de gênero, destacando seu ativismo e contribuição para o pensamento crítico. O capítulo também enfatiza o diálogo entre Gonzalez e alguns intérpretes, e a necessidade de considerar as complexidades das relações raciais e de gênero na análise da cultura brasileira.

4.1 INTÉRPRETES DO BRASIL

Segundo o livro *Intérpretes do Brasil: Clássicos, rebeldes e renegados*, de Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás (2000), intérpretes do Brasil são aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a compreensão da história e da cultura do país. Esses pensadores podem ser de diferentes áreas, como a política, a economia, a sociologia, a história, a literatura, a arte, etc.

Os autores do livro argumentam que o Brasil é um país marcado por uma pluralidade de interpretações. Essa pluralidade é resultado da diversidade de fatores que contribuíram para a formação do país, como a sua história, a sua cultura, a sua população, etc. Os intérpretes do Brasil são importantes para a compreensão dessa pluralidade. Eles nos ajudam a entender o passado, o presente e o futuro do país.

Esses intérpretes do Brasil contribuíram para a construção de narrativas e análises que ajudaram a sociedade brasileira a compreender sua própria história e a enfrentar desafios presentes e futuros. Eles desempenharam um papel fundamental na produção de conhecimento e na promoção do debate intelectual sobre o Brasil. (Schwarcz & Botelho, 2009).

Para ser considerado um "intérprete do Brasil", um autor geralmente precisa atender a certos critérios e características em suas obras e abordagens. Embora não haja regras estritas para essa definição, alguns dos elementos que podem contribuir para que um autor seja reconhecido como intérprete do Brasil incluem profundidade

analítica, influência duradoura, multidisciplinaridade, contexto histórico, originalidade e perspectiva crítica, reconhecimento público, produção consistente, etc.

4.2 O “DIÁLOGO” DE LÉLIA GONZALEZ COM CAIO PRADO JR

Nesse cenário dos intérpretes do Brasil, a figura de Caio Prado Jr³ (1907-1990) emerge como uma influência marcante, Gonzalez e Caio Prado Jr pertenceram a campos intelectuais e de atuação diferentes, e não há registros específicos de diálogos diretos entre eles. No entanto, é possível identificar áreas nas quais as perspectivas de Gonzalez podem ser relacionadas a algumas das ideias de Caio Prado Jr em um contexto mais amplo da discussão sobre as desigualdades no Brasil.

Prado Jr (1976) discute a formação da sociedade brasileira, com foco na colonização portuguesa e na escravidão. Afirma que a colonização brasileira foi diferente de outras colonizações europeias em territórios tropicais. Ele argumenta que, no Brasil, a colonização não se limitou a um "contato fortuito" dos europeus com o meio, mas que resultou na formação de uma sociedade com características próprias.

É certo que a colonização da maior parte, pelo menos, destes territórios tropicais, inclusive o Brasil, lançada e prosseguida em tal base, acabou realizando alguma coisa mais que um simples “contato fortuito” dos europeus com o meio, na feliz expressão de Gilberto Freyre, a que a destinava o objetivo inicial dela; (Prado, 1976, p. 24)

A falta de mulheres brancas na colônia levou a uma miscigenação mais intensa entre brancos, negros e indígenas. A escravidão foi um sistema de trabalho que dominou a economia da colônia durante séculos. Ela teve um impacto profundo na sociedade brasileira, gerando desigualdades sociais e culturais. Prado Jr (1976) discute especificamente o papel da escravidão na formação da sociedade brasileira. Ele argumenta que a escravidão teve um impacto negativo na formação cultural da colônia, porque esterilizou as qualidades naturais dos africanos e aguçou neles os elementos corruptores.

Prado Jr. também destaca o papel da escravidão na formação da estrutura social brasileira. “o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX é a escravidão.” (Prado, 1976, p. 285). Ele

³ Caio da Silva Prado Júnior foi um sociólogo, historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político e editor brasileiro. As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira. Suas principais obras são Formação do Brasil contemporâneo (1942); História econômica do Brasil (1945); A Revolução Brasileira (1961); A América Latina: do colonialismo ao subimperialismo (1969).

argumenta que a escravidão levou ao surgimento do patriarcalismo, um sistema social em que o senhor de escravos tem poder absoluto sobre sua família e seus empregados. O patriarcalismo, segundo Prado Jr., é uma característica peculiar da sociedade brasileira. Ele argumenta que esses fatores geraram uma sociedade com características próprias.

Gonzalez (1983) trata da abordagem de Caio Prado Jr. em seu texto "A Formação do Brasil Contemporâneo" no que diz respeito à escravidão e à dinâmica de gênero no Brasil.

Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí, que o esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: "instrumento vivo de trabalho", o chamará Perdigão Malheiro. Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A "animalidade" do homem, não a sua "humanidade". (Prado, 1976, p. 288)

A autora questiona a visão de Prado Jr. sobre a escravidão, na qual ele descreve as relações escravistas como simples e elementares, negando o aspecto humano e emocional do amor e das relações sexuais. Isso é interpretado como uma negação da humanidade dos negros e, conseqüentemente, como um sintoma da "neurose cultural brasileira".

[...] a par das legítimas necessidades do serviço doméstico, a vaidade dos senhores que se alimenta com números avultados de servos —, como é grande a participação que tem na vida social da colônia e na influência que sobre ela exerce." (Prado, 1976, p. 294)

Essa perspectiva, segundo ela, nega o estatuto de sujeito humano às pessoas negras, tratando-as sempre como objetos, inclusive como objetos de saber. Gonzalez também discute o mito da democracia racial, especialmente em relação às mulheres negras, destacando como a idealização do Carnaval oculta as dificuldades enfrentadas por essas mulheres em seu cotidiano, muitas vezes atuando como empregadas domésticas e sofrendo discriminação e preconceito. A autora aponta para a dualidade dos termos "mulata" e "doméstica", que são atribuídos a um mesmo sujeito dependendo do contexto em que são vistos. (Gonzalez, 1984a)

Sobre o período da colonização brasileira Caio Prado diz a respeito das relações:

Correndo parêlas com esta contribuição que se impôs às raças dominadas, ocorre outra, este subproduto da escravidão largamente aproveitado: as

fáceis carícias da escrava para a satisfação das necessidades sexuais do colono privado de mulheres de sua raça e categoria. Ambas as funções se valem do ponto de vista moral e humano; e ambas excluem, pela forma com que se praticaram, tudo que o negro ou o índio poderiam ter trazido como valor positivo e construtor de cultura. (Prado, 1976, p.289)

Gonzalez aborda várias questões relacionadas à negritude, raça e representações culturais no contexto brasileiro. Gonzalez (1983) critica a abordagem de Caio Prado Jr. em "A Formação do Brasil Contemporâneo", destacando sua visão negativa sobre o amor na senzala como causa da "neurose brasileira". Gonzalez argumenta que o neurótico constrói mecanismos de defesa para lidar com seus conflitos internos. No caso de Prado Jr., a defesa é negar a humanidade dos negros. A autora considera que Prado Jr. desvaloriza o amor na senzala, atribuindo-lhe caráter primitivo e simples.

Além disso, Gonzalez (1988a) aborda a importância da figura da "mãe preta" na cultura brasileira, desempenhando um papel fundamental na transmissão de valores culturais e na formação da língua materna, o "pretuguês". Isso é contrastado com a visão de Caio Prado Jr. (2012) sobre a figura da "esposa branca", que, segundo a autora, não exerce a mesma função materna.

Gonzalez afirma que a mãe preta é uma figura ambivalente. Ela é vista, ao mesmo tempo, como um exemplo de amor e dedicação e como uma traidora da raça. Em seguida, Gonzalez argumenta que a mãe preta é, na verdade, a mãe de todos os brasileiros, inclusive dos brancos. Ela afirma que a mãe preta é quem amamenta, dá banho, limpa cocô, põe para dormir, acorda de noite para cuidar, ensina a falar e conta histórias. Gonzalez afirma que a branca, a chamada legítima esposa, é a outra. Ela é a mulher que só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Por fim, Gonzalez conclui que a mãe preta é a mãe porque ela é quem exerce a função materna. Ela é quem cria e educa os filhos dos brancos, inclusive os filhos dos senhores. (Gonzalez, 1984a)

A análise de Gonzalez é importante para compreender a forma como o racismo se manifesta na cultura brasileira. Ela mostra que a figura da mãe preta é uma forma de negar a humanidade das mulheres negras. A mãe preta é vista como uma figura submissa e servil, que está sempre pronta para servir aos brancos. Essa imagem é uma construção social que serve para justificar a exploração e a opressão das mulheres negras. Gonzalez afirma que é importante desconstruir essa imagem. É preciso reconhecer a mãe preta como uma mulher, como uma mãe, como uma

pessoa. É preciso reconhecer a sua humanidade e a sua importância na construção da cultura brasileira. (Gonzalez, 1983)

A questão da linguagem também é abordada, destacando como a fala negra muitas vezes é subestimada, apesar de refletir traços da linguagem africana. Além disso, Gonzalez (1979) menciona as percepções equivocadas sobre o "rebolado" das mulheres negras e o estereótipo da "mulata". (Gonzalez, 1979)

No livro "Formação do Brasil contemporâneo" (1976), Prado Júnior afirma que a cultura brasileira é "profundamente marcada pela nossa história de colonização, escravidão e desigualdade social". Esses fatores moldaram nossas tradições culturais de maneira única.

Gonzalez afirma que a mãe preta, ao exercer a função materna, passou todos os valores que lhe diziam respeito para a criança brasileira. Esses valores incluem a cultura, a língua, o imaginário e os símbolos. Gonzalez constata que a mãe preta é a responsável pela internalização desses valores na criança brasileira. Ela é quem ensina a criança a falar, a pensar, a sentir e a agir. Gonzalez declara que a mãe preta é quem nomeia o pai. Ela é quem introduz a criança na ordem da cultura, mostrando-lhe o lugar que ela ocupa no mundo.

A análise de Gonzalez é importante para compreender a forma como a cultura brasileira foi construída. Ela mostra que a mãe preta foi uma figura essencial na formação da cultura brasileira, apesar de sua invisibilidade e subordinação. A mãe preta é a responsável pela transmissão da cultura brasileira para as gerações futuras. Ela é quem mantém viva a cultura brasileira, apesar de todas as adversidades. A imagem da mãe preta é uma imagem complexa e contraditória. Ela é uma figura de amor e dedicação, mas também de submissão e exploração. É uma figura que representa a resistência e a força, mas também a fragilidade e a vulnerabilidade. É importante compreender a figura da mãe preta em toda a sua complexidade. É preciso reconhecer a sua importância na construção da cultura brasileira e na luta contra o racismo e a desigualdade racial. (Gonzalez, 1983)

Caio Prado Jr (1976, p.367) desumaniza na sua condição a experiência negra no período escravista. "Mas neste, como em muitos casos semelhantes, é preciso distinguir entre o papel do escravo e do negro".

A interpretação de Gonzalez é de outra ordem, não se trata de tirar a humanidade das pessoas, mas entender o como essa forma de dominação pode

assumir dimensões econômicas, dimensões culturais, dimensões sexuais e controle dos corpos. Para Caio Prado Jr,

a outra função do escravo, ou antes, da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que anal lhe deu origem. (Prado, 1976, p.342-343)

Gonzalez responde,

“Quanto à negativa do “seu” Caio Prado Jr., infelizmente, a gente sabe o que ele está afirmando esquecidamente: o amor da senzala só realizou o milagre da neurose brasileira graças a essa coisa simplérrima que é o desejo.” (Gonzalez, 1984a, p. 11)

Gonzalez (1984a) crítica Caio Prado Jr, pois ele animaliza as mulheres negras, torna animais, bichos, quando ele relata que as relações entre homens e mulheres, da casa grande e da senzala eram relações puramente animais, que as relações de amor são as que os homens tinham com as mulheres brancas, que nas famílias negras, ali naquela condição de senzala, condição de anomia, não poderia gerar nada, não podia sair nada dali.

Gonzalez é radicalmente contrária a esse entendimento, reinterpreta o Brasil a partir de novas bases, sem negar o quão profunda e violenta foi a escravidão. A autora deixa evidência que essas relações são fruto de estupro, não se trata de as mulheres negras serem animalizadas e o desejo dos homens brancos por coisas animais; se trata de uma relação fundamentalmente humana, os homens dominando mulheres, violentando essas mulheres.

Gonzalez (1988a) evidencia como o pensamento social brasileiro estabeleceu hierarquias entre grupos, mesmo ao realizar críticas sociais profundas. Estes autores, no entanto, falharam ao manter visões estereotipadas dessas culturas, como mencionado anteriormente, e ao não vislumbrar possibilidades de superação ou reinvenção a partir desses grupos.

Gonzalez (1983) analisa a divisão racial do espaço como uma forma de opressão e controle social. Ela argumenta que, desde a época colonial, os negros foram segregados em espaços físicos precários e marginalizados. Essa segregação, segundo ela, tem como objetivo a submissão psicológica das pessoas negras e o impedimento de sua unidade.

Essa abordagem lança luz sobre a resistência a certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, recusam-se a incorporar as categorias de raça e sexo, ou seja, insistem em esquecer-las (Gonzalez, 1988a).

Em síntese, a análise de Gonzalez (2020) procura destacar as complexidades das relações raciais e de gênero no Brasil, ao mesmo tempo em que critica a negação da humanidade e a subestimação das contribuições da população negra na formação da cultura brasileira.

Gonzalez afirma que as condições de existência material da comunidade negra estão conectadas a condicionamentos psicológicos. Ela argumenta que a segregação espacial, ao criar condições de vida precárias e desiguais, contribui para a formação de uma mentalidade de inferioridade nas pessoas negras. Em seguida, Gonzalez descreve a divisão racial do espaço no Brasil. Ela afirma que, desde a época colonial, os negros foram confinados em espaços físicos insalubres e perigosos. (Gonzalez, 1983)

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr (1976) discute a mestiçagem no Brasil, destacando o papel da miscigenação entre brancos, negros e indígenas na formação da sociedade brasileira. Prado Jr. afirma que a miscigenação entre brancos e negros foi um processo generalizado no Brasil, ocorrendo em todas as classes sociais. No entanto, ele também observa que a miscigenação era menos frequente nas classes superiores. Isso porque, nas classes superiores, havia uma valorização da ascendência branca e uma tentativa de ocultar a ascendência mestiça.

A miscigenação do branco, muito mais numerosa, repito, com o negro, podemos observar um fato que conduz a uma regra bastante geral. Difundida por toda a população, ela se atenua à medida que ascendemos a escala social. Passamos nessa ascensão, desde os primeiros degraus, onde encontramos o negro escravo e o índio de posição social muito semelhante, apesar das leis, à daquele, por um alveijamento sucessivo que nas classes superiores se torna quase completo. (Prado Jr., 1976, p. 219)

Caio Prado Jr (1976) afirma que, mesmo nas camadas mais altas, ainda é possível encontrar sangue mestiço, apesar das precauções tomadas para escondê-lo. O contingente de brancos verdadeiramente puros, em geral, é constituído por imigrantes portugueses mais recentes que ainda não tiveram a oportunidade de se mesclar com os nativos do país. Caio Prado Jr conclui que o ideal de pureza de raça é muito apregoado no Brasil e tem um papel importante na evolução étnica brasileira. Esse ideal reforça a valorização da ascendência branca e a busca pelo branqueamento da população.

O contingente de brancos verdadeiramente puros em geral é constituído em regra quase exclusivamente da imigração portuguesa mais recente, da que não tivera tempo ainda de se mesclar com os naturais da colônia. Entre esses últimos, poucos, muito poucos seriam os rigorosamente puros; o que aliás, em particular nas classes superiores, não tinha importância social, porque a pequena dosagem do seu sangue mestiço e a posição que ocupavam na sociedade eram o suficiente para fazer esquecer ou desprezar a sua origem. (Prado Jr., 1976, p. 219)

Caio Prado Jr (1976) também observa que, apesar da miscigenação generalizada, a sociedade brasileira manteve uma estrutura social estratificada, com os brancos ocupando as posições mais altas e os negros e indígenas ocupando as posições mais baixas. Essa estratificação social foi reforçada pelo preconceito racial, que associava a cor da pele à posição social.

No contexto das análises de Gonzalez sobre as perspectivas de Caio Prado Jr., é crucial destacar a abordagem da autora em relação às questões de gênero e à representação das mulheres negras na sociedade brasileira. Gonzalez, ao questionar as visões de Prado Jr. sobre a escravidão, não apenas ressalta a negação da humanidade dos negros, mas também aprofunda sua crítica ao desvalorizar o papel das mulheres negras na construção cultural do Brasil. Enquanto Prado Jr. enfoca as relações escravistas de maneira simplificada, Gonzalez expande a discussão para incluir uma análise mais abrangente das dinâmicas de gênero e da exploração sexual. Essa perspectiva crítica sobre as relações de poder na sociedade brasileira serve como um ponto de transição para a análise da relação entre Gonzalez e Gilberto Freyre, permitindo uma compreensão mais ampla das críticas da autora às ideias de ambos os intelectuais em relação à democracia racial e à mestiçagem no Brasil.

4.3 O “DIÁLOGO” DE LÉLIA GONZALEZ COM GILBERTO FREYRE

Os diálogos de Gonzalez com Gilberto Freyre⁴ (1900-1987), embora não tenham ocorrido em um sentido literal de discussões diretas, podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva de crítica e desafio às ideias e conceitos defendidos por Freyre em sua obra mais famosa, "Casa-Grande & Senzala." Gonzalez, como intelectual e ativista preocupada com as questões de igualdade racial e de gênero, se posicionou de forma crítica em relação às teorias de Freyre.

⁴ Gilberto de Mello Freyre foi um sociólogo, antropólogo, historiador, escritor, pintor, jornalista e político brasileiro nascido em Recife. Foi uma figura-chave no desenvolvimento do pensamento social brasileiro e sua obra ainda é amplamente lida e influente hoje. Suas principais obras são: Casa-Grande & Senzala (1933); Sobrados e Mucambos (1936); Interpretações do Brasil (1945).

Gonzalez (1988a) critica a visão de Gilberto Freyre sobre as relações raciais no Brasil. Ela argumenta que a miscigenação no Brasil não foi um processo espontâneo e harmonioso, como Freyre afirma. Pelo contrário, ela foi resultado da violência sexual da mulher negra por parte dos homens brancos. Essa violência foi uma forma de exploração e dominação, que contribuiu para a manutenção da desigualdade racial no Brasil.

Como podemos ver na obra "Por um Feminismo Afro-latino-americano" (Gonzalez, 2020), Gonzalez faz uma crítica à ideia de "democracia racial" no Brasil, destacando a influência do pensamento de Gilberto Freyre. A autora argumenta que, apesar do elogio à mestiçagem de Freyre, essa abordagem não leva em consideração a exploração sexual da mulher negra e a violência que ocorreu durante o processo de miscigenação no país.

Gonzalez (1983) afirma que a visão de Freyre da miscigenação como um processo harmonioso e espontâneo é uma forma de negar a violência que ela representou para as mulheres negras. Ela afirma que a miscigenação no Brasil se deu às custas da exploração sexual das mulheres negras, que eram constantemente violentadas pelos homens brancos. Essa violência era uma forma de manter as mulheres negras em uma posição inferior na sociedade, tanto socialmente quanto economicamente.

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os "casamentos inter-raciais" nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. (Gonzalez, 1983, p. 1)

Gonzalez (1988a) afirma que a miscigenação no Brasil não foi resultado de uma "tolerância" dos portugueses em relação aos negros, mas sim de uma violência sexual sistemática. Ela cita como exemplo o fato de que, na época da escravidão, os senhores de engenho tinham o direito de violentar as escravas. Essa violência era uma forma de dominação e exploração, que contribuía para manter os negros em uma posição inferior na sociedade.

Gonzalez afirma que a visão de Freyre da miscigenação como um processo harmonioso e espontâneo é uma forma de negar a violência que ela representou para as mulheres negras. Ela afirma que a miscigenação no Brasil se deu às custas da exploração sexual das mulheres negras, que eram constantemente violentadas pelos homens brancos. Essa violência era uma forma de manter as mulheres negras em

uma posição inferior na sociedade, tanto socialmente quanto economicamente. (Gonzalez, 1988a)

Gonzalez (1983) menciona a ideologia do branqueamento como pano de fundo dos discursos que exaltam a mestiçagem como uma expressão de "democracia racial". Isso envolve a crença de que o Brasil é uma sociedade harmoniosa e sem racismo devido à miscigenação. No entanto, a autora argumenta que essa visão não considera a história de violência e exploração sexual das mulheres negras.

De acordo com Freyre (2003) em seu livro "Casa-Grande & Senzala", sugere que o elemento branco, responsável pela formação da nacionalidade brasileira, não se fixou no país de forma homogênea, mas sim em territórios onde era numericamente inferior e culturalmente inferior aos elementos não-brancos. Freyre baseia sua afirmação em uma série de fatores históricos e geográficos. Ele argumenta que, no Brasil, a colonização portuguesa foi marcada pela exploração de recursos naturais, o que levou à ocupação de vastas extensões de terra por um número relativamente pequeno de colonos.

Isso, por sua vez, levou à necessidade de uma grande mão de obra escrava, que foi fornecida pelos africanos. Freyre também destaca a importância da geografia brasileira na formação da nacionalidade. Ele afirma que o país é marcado por uma grande diversidade de climas e paisagens, o que levou à ocupação de diferentes regiões por grupos étnicos distintos.

Freyre foi criticado por simplificar demais a realidade histórica brasileira. Ele afirmava que o elemento branco foi, sim, o principal responsável pela formação da nacionalidade brasileira, e que sua presença foi significativa em todo o território nacional. Nesta passagem de "Casa-Grande & Senzala", Freyre (2003) argumenta que o elemento branco não se impôs culturalmente no Brasil, o que ele via como uma característica da harmonia racial.

Além disso, enfatiza-se que a concepção de "democracia racial" foi concebida por Gilberto Freyre na década de 1930 e tornou-se a visão oficial da identidade dos negros no Brasil. Essa ideia sustenta que os negros são cidadãos como quaisquer outros e, portanto, não devem estar sujeitos a preconceito ou discriminação. O Carnaval e o futebol são frequentemente apresentados como exemplos dessa suposta "harmonia racial". (Gonzalez, 1988a)

Freyre (2003) argumenta que a miscigenação e a harmonia racial foram fatores que impediram o desenvolvimento de antagonismos raciais intensos no Brasil:

O fato notável e inquietante para quem deseje viver num mundo livre de preconceitos e de antagonismos raciais é que na sua formação, embora relativamente tenha a influência de fatores exteriores inibidores da formação de antagonismos raciais intensos, [...] o Brasil tenha contado como um dos fatores de equilíbrio das diferenças entre as raças e os grupos raciais a sua própria harmonia racial, fundada na miscigenação, que fez de cada brasileiro, mesmo o preto e o mais índio, um mestizo. (Freyre, 1933, p. 28)

Gonzalez (1988a) também lança críticas à esquerda brasileira por adotar o discurso de Freyre em relação à questão racial e cultural, destacando que, nesse aspecto, a esquerda não se diferencia da direita. A exploração da mulher negra como objeto sexual é mencionada como um exemplo da superexploração econômico-sexual, que, além disso, perpetua o mito da suposta sensualidade especial da mulher negra, conforme promovido por Freyre.

Freyre (2003) alega que, devido à miscigenação, os negros e mulatos no Brasil se tornaram frequentemente belos e destacados, sugerindo que a mestiçagem levaria a uma suposta superioridade estética:

Ora, graças à sua posição favorável de elementos de três raças diferentes da civilização europeia e graças a uma liberdade de gosto sexual que não podia ter sido tão ampla em povos de estrutura rígida ou de mais acanhada morfologia, o negro e o mulato neste país tendiam a tomar-se, como tomaram-se, os tipos belos da terra. E nelas, até certos extremos, de destaque e beleza mais frequentes do que os tipos mais claros. (Freyre, 1933, p.28)

Segundo Freyre (2003) a nação brasileira foi formada sob a mestiçagem, traço esse o mais profundo e notável do país. Para o autor, a maneira encontrada pelos portugueses para “lidar” com os povos indígenas do Brasil foi através do cruzamento desses povos que deu origem então à identidade brasileira. Portanto a formação étnica do Brasil se dá através do cruzamento das três raças presentes no Brasil, os portugueses, os indígenas brasileiros e os negros oriundos do continente africano.

O ato de considerar todos os negros, provenientes de países e regiões distintas, como um único povo, baseando-se apenas em seu tom de pele, representa a primeira forma de negação da verdadeira origem do povo negro, tratando-os como objeto em vez de indivíduos. A análise de Freyre (2003) é permeada por uma forte discriminação racial e sexual, refletindo os fenômenos ocorridos no país.

Conforme apontado por Freyre (2003), a miscigenação, predominantemente entre brancos-negros e brancos-indígenas, muitas vezes com o colonizador como figura masculina e os negros e indígenas subjugados como figura feminina, fortalece a opressão sob a forma de mestiçagem. A generalizada mestiçagem impedia a identificação clara das origens negras ou indígenas, sendo utilizada para ocultar ou

negar a existência de preconceito na sociedade, uma vez que os mestiços ocupavam também os cargos mais elevados na colônia.

A raça dominante exerce uma influência significativa na dinâmica econômica, social e, conseqüentemente, nas relações sexuais sobre as outras duas raças dominadas. Essas relações abrangem desde o sistema escravista até as dinâmicas de poder nas fazendas e cidades. Freyre (2003) argumenta que essa mistura de raças foi um fator crucial na construção da identidade brasileira, influenciando aspectos culturais, sociais e econômicos do país.

Gonzalez (1984a) oferece uma reflexão como intérprete do Brasil em relação à chamada "democracia racial", expondo-a como uma ideologia de dominação. Ela destaca a dominação das elites sobre a população brasileira e critica os movimentos progressistas e feministas. Abordando a questão nacional, ela questiona a formação e o desenvolvimento do país, o tipo de capitalismo presente e a constituição da nacionalidade.

Diferenciando-se de outros intelectuais brasileiros, Gonzalez compreende o Brasil de maneira única. Em sua análise, ela critica a concepção de "democracia racial", destacando as preocupações relacionadas à exploração sexual das mulheres negras e desmistificando a harmonia racial como uma falácia que não reflete a verdadeira situação do país. (Gonzalez, 1984a)

Em síntese, Gonzalez (1984a) questiona a concepção de "democracia racial" no contexto brasileiro, evidenciando a influência das ideias de Gilberto Freyre (2003). Além disso, ela destaca as preocupações relacionadas à exploração sexual das mulheres negras e à falsa noção de harmonia racial que não condiz com a verdadeira situação do país.

4.4 O "DIÁLOGO" DE LÉLIA GONZALEZ COM OLIVEIRA VIANNA

A trajetória intelectual de Gonzalez se destaca não apenas por sua crítica profunda às ideias de Gilberto Freyre, mas também por estabelecer diálogos contrastantes com outros renomados pensadores brasileiros, como Oliveira Vianna⁵ (1883 - 18951). Enquanto a análise de Gonzalez sobre Freyre evidencia a

⁵ Francisco José de Oliveira Viana foi um professor, jurista, historiador e sociólogo brasileiro. Foi o primeiro sociólogo sistemático do Brasil, sendo responsável por boa parte da sistematização das Ciências Sociais brasileiras. Suas principais obras são: O idealismo na constituição (1920); Populações meridionais do Brasil (1922); Raça e assimilação (1932); Instituições políticas brasileiras (1949).

complexidade das relações raciais e de gênero no Brasil, sua abordagem em relação a Vianna amplia o escopo da crítica, revelando contrastes significativos entre as perspectivas desses dois intelectuais do século XX. Ao questionar as concepções de arianismo e branqueamento propagadas por Vianna, Gonzalez não apenas destaca as limitações dessas ideias, mas também estabelece uma conexão entre as falhas nas visões estereotipadas de ambos os intelectuais. Essa abordagem ampla e interconectada de Gonzalez (1988b) sugere a necessidade de superar idealizações e estereótipos, apontando para caminhos de reinvenção e inclusão das categorias de raça e sexo na análise das dinâmicas sociais e culturais do Brasil. Essa postura crítica não se restringe apenas à desconstrução de mitos arraigados, mas busca, de maneira proativa, abrir espaço para a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e justa.

Os diálogos de Gonzalez com Oliveira Vianna, um renomado jurista, escritor e pensador social brasileiro, não foram marcados por uma troca direta de ideias. No entanto, é possível destacar contrastes significativos nas perspectivas e no pensamento de ambos em relação a questões sociais, raciais e de gênero no Brasil.

No caso de Oliveira Vianna, a teoria do "arianismo" é contestada por Gonzalez, que destaca como essa concepção contribuiu para a perpetuação de estruturas racistas (Santos, 2022). A abordagem única de Gonzalez, pautada na influência da cultura afro-brasileira e na valorização de diversas perspectivas culturais, emerge como um elemento crítico diante da teoria de Vianna.

Gonzalez e Hasenbalg (2022) criticam a visão de Oliveira Vianna sobre as relações raciais no Brasil. Afirmam que Vianna, um mulato, foi um grande ideólogo do branqueamento da população brasileira.

"O melhor exemplo de sua eficácia está no barato da ideologia do branqueamento. Pois foi justamente um crioulo, apelidado de mulato, quem foi o primeiro na sua articulação em discurso "científico". A gente tá falando do "seu" Oliveira Vianna." (Gonzalez e Hasenbalg, 2022, p. 62)

Oliveira Vianna, um importante pensador e sociólogo brasileiro do início do século XX, abordou o conceito de "arianismo" em seus textos. Em seu livro "Raça e assimilação", publicado em 1936, utilizou o termo para se referir a suposta influência da cultura ariana na formação da sociedade brasileira. Vianna (1938) argumentava que o Brasil, resultante de uma mistura de raças, possuía uma significativa influência

de elementos "arianos", responsáveis pela criação de uma elite branca e intelectual no país.

Oliveira Vianna, mulato, cientista social e político influente na década de 1920, é um grande ideólogo do branqueamento da população brasileira. Defendendo a política que estimulava a imigração europeia, afirmava que, desse modo, era possível diminuir o "índice de nigrescência de nossa gente, arianizando nosso povo e caminhando para um refinamento cada vez mais apurado da raça, num processo de classificação. (Gonzalez E Hasenbalg, 2022, p. 63)

Gonzalez (1984b) conduz uma crítica às concepções de intelectuais brasileiros que propuseram o arianismo, a ideia de branqueamento e a disseminação do racismo no Brasil, focando, em particular, em Oliveira Vianna como um exemplo marcante desse pensamento. Oliveira Viana era conhecido por suas ideias conservadoras e, em alguns casos, por posições racistas e preconceituosas em relação à população negra e a outras minorias étnicas. Suas visões eram influenciadas por concepções hierárquicas da sociedade, e ele não reconhecia a igualdade racial como um princípio fundamental. Ele também defendia teorias que sugerem a superioridade de certos grupos étnicos, o que é incompatível com a perspectiva crítica de Gonzalez.

Gonzalez e Hasenbalg (2022) argumentam que a ideologia do branqueamento é uma forma de racismo que busca negar a existência da população negra no Brasil. Afirmam que essa ideologia é internalizada por muitos negros, que passam a acreditar que precisam se "comportar como gente" para serem aceitos pela sociedade.

A ideologia do branqueamento, não importa em que nível, é o que a consciência cobra da gente pra mal aceitar a presença da gente. Se a gente parte pra alguma crioulice, ela arma logo um esquema pra gente "se comportar como gente". E tem muita gente da gente que só embarca nessa. (Gonzalez e Hasenbalg, 2022, p. 63)

Gonzalez aponta que as ideias de branqueamento eram promovidas como uma estratégia para atenuar a "nigrescente" população, ao mesmo tempo em que defendiam o arianismo como um meio de aprimorar a raça. A autora ressalta como as elites brasileiras, historicamente, endossaram o racismo e excluíram as classes negras da participação no desenvolvimento do país, resultando na marginalização da população negra, o que, por sua vez, conduziu à pobreza, à fome e à negligência. A autora ainda destaca a influência do pensamento de Oliveira Vianna e sua considerável repercussão entre intelectuais tidos como mais "progressistas". (Gonzalez, 1984b)

Oliveira Vianna em seu livro "Raça e Assimilação" mostra seu ponto de vista:

O negro puro ... não foi nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que o conhecemos, um criador de civilizações. Se, no presente, os vemos sempre subordinados aos povos de raça branca, com os quais entraram em contato; se, nos seus grupos mais evoluídos das regiões das grandes planícies nativas, são os elementos mestiços, são os indivíduos de tipo negróide, aqueles que trazem doses sensíveis de sangue semita, os que ascendem às classes superiores, formam a aristocracia e dirigem a massa dos negros puros; como não o seriam também nestas épocas remotas, em que se assinalam estes grandes focos de civilização. (Vianna, 1938, p. 284-285)

Gonzalez crítica a influência do pensamento de Oliveira Vianna e à promoção do branqueamento no Brasil, destacando como essas ideias contribuíram para a marginalização da população negra e fomentaram o racismo no país. Adicionalmente, introduz as noções de "consciência" e "memória" como instrumentos de análise para compreender o funcionamento dessas ideologias na sociedade. (Gonzalez, 1984a)

Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. (Nascimento, 1978, p. 95).

Gonzalez também apresenta as concepções de "consciência" e "memória" como ferramentas de análise para examinar o funcionamento das ideologias racistas e de branqueamento na sociedade. A "consciência" refere-se à falta de conhecimento, à alienação e à imposição do discurso predominante, enquanto a "memória" denota o conhecimento oculto, a emergência da verdade e a história que não foi registrada. Ela argumenta que a "consciência" age no sentido de ocultar a história da população negra e promover ideologias racistas, como o branqueamento. (Gonzalez, 1984b) "Oliveira Vianna é um claro exemplo de como o racismo é um fenômeno que se manifesta em todos os níveis da sociedade, inclusive entre os próprios grupos racialmente dominados." (Gonzalez, 1988a, p.17)

Gonzalez e Hasenbalg (2022) afirmam que a ideologia do branqueamento é uma forma de violência simbólica que tem como objetivo manter os negros em uma posição inferior na sociedade. Argumentam que é importante que os negros se conscientizem dessa ideologia e se recusem a ser cooptados por ela. "O branqueamento é uma ideologia que não se restringe aos brancos. Ela é internalizada por muitos negros, que passam a acreditar que precisam se "branquear" para serem aceitos pela sociedade." (Gonzalez, 1988a, p.18)

4.5 LÉLIA GONZALEZ, UMA INTÉRPRETE DO BRASIL

Gonzalez (1988a) examina o impacto do sistema escravista na construção das dinâmicas raciais e sociais do Brasil, com um enfoque especial na região Sudeste. Ela inicialmente observa que o Sudeste foi uma das últimas áreas do Brasil a receber um grande influxo populacional de escravizados, resultando em uma tardia implementação do sistema escravista nesta região. Como resultado, os processos de miscigenação foram limitados, levando a uma menor presença de pessoas negras ou pardas na população total do Sudeste.

Para Gonzalez (1988a), a importância da economia cafeeira no estabelecimento do capitalismo no Brasil e como a abolição da escravidão gerou a necessidade de mão de obra assalariada, o que impulsionou o movimento abolicionista. Entretanto, ela salienta que a Lei Áurea de 1888 libertou apenas cerca de 10% da população de cor do Brasil, já que a maioria dessas pessoas já vivia em estado de liberdade, concentrada em outras regiões do país.

Além disso, Gonzalez (1988a) aborda a desigual distribuição racial no Brasil, com a maioria da população negra concentrada em regiões consideradas subdesenvolvidas, enquanto a maior parte da população branca estava em áreas mais desenvolvidas. Essa disparidade estava relacionada a políticas governamentais que incentivaram a imigração europeia para suprir a demanda por mão de obra na região Sudeste. No período de 1930 a 1950, a população negra na região Sudeste começou a participar mais ativamente na vida econômica e social, embora ainda enfrentasse hierarquias discriminatórias em relação à população branca. Esse período coincidiu com um processo de urbanização e proletarianização dos negros na região.

Gonzalez (1988a) também aborda a marginalização e a discriminação histórica enfrentada pela população negra no Brasil, que contribuíram para um atraso político no movimento negro em comparação com outros movimentos sociais. No entanto, ela aponta que muitas pessoas, incluindo progressistas, tendem a atribuir a responsabilidade pelos problemas enfrentados pelos negros unicamente a eles mesmos, o que representa uma forma de racismo velado que nega a existência do racismo no país.

Gonzalez (1984b) ressalta a importância de figuras notáveis da comunidade negra em sua luta contra o racismo, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Destaca a influência significativa que Abdias do Nascimento, um proeminente

intelectual brasileiro, teve em seu próprio desenvolvimento intelectual. Ela concentra-se na resistência ao racismo em sociedades que negam a existência desse problema, reconhecendo o papel crucial desempenhado pela expressão cultural na luta contra o preconceito racial.

Segundo Gonzalez (1988a) a hierarquia racial e cultural estabelecida pelo racismo perpetua a noção da "superioridade" branca ocidental em detrimento da "inferioridade" atribuída aos negros africanos. Ela enfatiza o impacto da violência do racismo e do tráfico negreiro, que resultou na dolorosa diáspora de milhões de africanos para o Novo Mundo. Além disso, Gonzalez reconhece a significativa contribuição de autores africanos e afro-americanos para o entendimento da história africana e amefricana como Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, W. E. B. Du Bois, Chancellor Williams, George G. M. James, Yosef A. A. Ben-Jochannan, Ivan Van Sertima, Frantz Fanon, Walter Rodney, Abdias do Nascimento e tantos outros.

Em entrevista publicada originalmente no *The Brazilians* em 1984 Gonzalez destaca o crescente despertar da consciência negra no Brasil, juntamente com a presença de representantes negros no Congresso Nacional. Ela não deixa de mencionar artistas negros que desempenham um papel ativo e comprometido na causa, como Martinho da Vila, Zezé Motta e Tony Tornado, que utilizam suas expressões artísticas para transmitir mensagens poderosas relacionadas à luta contra o racismo e a desigualdade.

Gonzalez (1983) realiza críticas à versão oficial da história do Brasil, bem como ao discurso pedagógico que retrata os brasileiros como um povo "cordial", enfatizando uma narrativa de resolução pacífica de tensões e conflitos. Essa perspectiva se alinha com o mito da democracia racial, que reforça essa narrativa ilusória. A autora ressalta que tais discursos perpetuam estereótipos prejudiciais sobre as pessoas negras, retratando-as como passivas, infantilizadas e intelectualmente limitadas.

Além disso, Gonzalez (1985) aborda a formação de quilombos como uma estratégia de resistência do povo negro contra a opressão da escravidão e a exploração desmedida. Os quilombos representavam alternativas de sociedade criadas pelos negros como resposta à sua terrível realidade de subjugação. A autora enfatiza a importância de destacar figuras como a historiadora negra Maria Beatriz

Nascimento, que dedicou suas pesquisas à compreensão da formação e funcionamento dos quilombos durante o período escravista.

Outro ponto relevante trazido por Gonzalez (2020) é o papel essencial desempenhado pelas mulheres negras na reorganização do movimento negro na década de 1970. Estas mulheres se reuniam separadamente para discutir suas questões específicas e para desenvolver práticas que não perpetuassem o sexismo dentro do movimento.

A autora também faz referência a figuras históricas notáveis, como Nanny, uma heroína da resistência jamaicana contra a presença europeia, e Beatriz Nascimento, que desempenhou um papel fundamental no renascimento do movimento negro no Rio de Janeiro nos anos 1970. A ênfase recai sobre o reconhecimento merecido do importante papel desempenhado por essas mulheres na contínua luta contra o racismo e a opressão. (Gonzalez, 1988c)

Gonzalez (1981b) contribuiu principalmente para luta contra o racismo e o sexismo no Brasil. Utilizou conceitos como “interseccionalidade” e “amefricanidade”, que por si só carregam uma bagagem histórica para compreender outros conceitos como “ideologia do branqueamento” e o “mito da democracia racial”. Contribuiu para o pensamento decolonial, com a crítica ao eurocentrismo, e como ele influenciou/influencia a cultura brasileira. A produção teórica de Gonzalez foi colocada em prática em suas atuações em movimentos sociais, em organizações políticas ou enquanto professora, numa busca incessante em mudar a realidade a partir do conhecimento acumulado e em constante evolução.

Rios; Lima (2020) argumentam que Gonzalez tem uma elaboração textual fina, às vezes repleta de ironias, por vezes mesclada de ortografia formal com a língua falada, um misto de coloquialismo e erudição. Em seus trabalhos é possível encontrar simultaneamente citações de referências clássicas da filosofia e das ciências sociais convivendo com o linguajar popular, do latim ao banto, passando pelo que ela chama de “pretuguês”, uma espécie de africanização ou criouliização do idioma falado no Brasil.

Por suas contribuições para a compreensão das relações social, racial e de gênero, questionando conceitos que já estavam postos e faziam parte do imaginário cultural brasileiro, como o mito da democracia racial, que quando descoberto escancara outras contradições da sociedade brasileira, tal qual a ideologia do branqueamento, o racismo por denegação, que expõem explicações mais profundas

a respeito das desigualdades sociais. O fato de “acreditarmos” que todos somos iguais perante a lei, faz com que esqueçamos de nossas individualidades, que exprimem justamente nossas diferenças (Marin, 2023).

Podemos considerar Gonzalez uma intérprete do Brasil, pois essa intelectual evidenciou questões presentes na cultura e sociedade brasileira, expondo um novo ponto de vista sobre a realidade brasileira. A originalidade de seu pensamento pode ser destacada pelo uso de definições como a “interseccionalidade”, a “amefricanidade”, o “racismo por denegação” e na sua luta pela autonomia do pensamento negro, através da consciência e resistência política.

Por sua formação ampla em diferentes áreas de conhecimento, Gonzalez conseguiu abordar questões como o lugar da mulher negra na sociedade, a violência racial e de gênero, a representação midiática e a construção da identidade negra. Seu texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (1984a) evidencia seu pensamento interseccional, recorrendo a psicanálise, por exemplo, para analisar a neurose cultural brasileira e como a relação do opressor com o oprimido ocorreu e ainda ocorre na sociedade brasileira, diferentemente do imaginado com o a defesa do mito da democracia racial.

Gonzalez (1984b) destaca a posição da mulher negra na sociedade, que ocupa a condição de mulata, doméstica e mãe preta. Analisa como a neurose cultural brasileira preserva essas posições a partir da identificação do dominado com o dominador.

"O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. [...] produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. [...] à questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta." (Gonzalez, 1984a, p. 224).

É imprescindível criticar esses estereótipos, através de uma mudança de perspectiva levando em conta as experiências das mulheres negras, a partir dessas noções e como se encaixam no contexto brasileiro contribuindo para o racismo e o sexismo, que por se complementarem enquanto opressão atingem especificamente as mulheres negras.

Gonzalez (1984a) deixa explícito que o racismo representa um sintoma da neurose cultural brasileira e que a intersecção entre essas formas de opressão sofridas pela mulher negra, mostra a necessidade de se compreender os termos racismo e sexismo em conjunto para combatê-los também em conjunto.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (Gonzalez, 1984a, p. 228)

Um das dimensões da subversão é a capacidade resiliente das mulheres negras, não só aquelas que atuam nos movimentos sociais, nos movimentos organizados, mas aquelas que no contexto da escravidão, nos quilombos, nas resistências coletivas e nas formas do cotidiano. Gonzalez (1988a) tinha uma leitura do cotidiano, do dia a dia dessas mulheres, dessas amas de leite, da mãe preta, quem são essas mulheres.

Gonzalez (1984a) contestou interpretações que retratavam essas mulheres como pacíficas, sem qualquer forma de subversão ou crítica ao mundo. Sua reação envolveu uma reflexão embasada na psicanálise, explorando a análise cultural sob essa perspectiva. Ela evidenciou a subversão silenciosa dessas mulheres no domínio da cultura, destacando suas contribuições culturais notáveis. Elas não apenas transmitiam conhecimento, mas também desempenhavam papéis cruciais na narração de histórias, especialmente durante a primeira infância dos filhos dos senhores e senhas, que Gonzalez considerava fundamental para a formação da identidade brasileira. Essas mulheres ocupavam uma posição central na construção do caráter, da subjetividade e da linguagem, entendendo a linguagem como algo que transcende a dimensão discursiva, incorporando também o corpo e os símbolos.

Nessa transmissão de conhecimento, a linguagem assume um papel crucial, manifestando-se tanto na língua falada quanto nas influências linguísticas específicas, especialmente aquelas provenientes do tronco linguístico Banto, como a marcante contribuição de palavras à gramática brasileira. Além das palavras, os cânticos, as canções e, acima de tudo, os significados transmitidos por essas mulheres são fundamentais. Elas desempenhavam um papel direto no diálogo cultural, subjetivo e educacional, influenciando não apenas crianças negras, mas também crianças brancas para as quais trabalhavam, seja durante a época da escravidão, quando cuidavam das casas grandes após saírem das senzalas, seja em contextos capitalistas posteriores, quando ocupavam posições como empregadas domésticas. (Gomes, 2012)

Ao direcionar o olhar para os espaços que Gonzalez se dedicou a observar, emerge uma compreensão mais profunda das mulheres, da estrutura social e da hierarquização existente. Gonzalez (1988d) foca em analisar como os sujeitos internalizam a dominação e como a sociedade se tornou estratificada e violenta. No entanto, ela também explora as potencialidades de transformação e a origem dessas transformações. A perspectiva de Gonzalez busca compreender não apenas a complexidade das relações sociais e culturais, mas também identificar os pontos de partida para a transformação social.

Ao revisitar os encontros de Gonzalez com Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, emerge uma análise marcada por críticas específicas que revelam tanto o olhar crítico quanto os aportes conceituais de Gonzalez. No que concerne a Gilberto Freyre, a concepção de "democracia racial" é alvo de críticas por parte de Gonzalez, que argumenta que essa ideia encobre as profundas desigualdades e formas de discriminação racial presentes na sociedade brasileira (Malta, 2020). A perspectiva de "Amefricanidade" de Gonzalez, enfatizando a necessidade de confrontar e superar o racismo, surge como um contraponto à visão idealizada de Freyre.

Esses autores e obras representam algumas das principais correntes de pensamento sobre o desenvolvimento brasileiro. No entanto, eles também apresentam algumas lacunas e limitações, especialmente no que se refere às questões de raça, gênero e classe, que são centrais para a obra de Gonzalez.

A integração das ideias de Gonzalez com as abordagens de Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, possibilita uma visão mais completa e multifacetada das questões sociais brasileiras. Essa interconexão enriquece o debate acadêmico e contribui para uma compreensão mais profunda das complexidades que moldam a sociedade brasileira. Também destaca a importância de Gonzalez como uma intérprete do Brasil relevante, especialmente em questões de igualdade racial e de gênero, destacando seu ativismo e contribuição para o pensamento crítico.

Os intérpretes do Brasil: são aqueles que contribuíram para a compreensão da história e da cultura do país, apresentando diferentes perspectivas e abordagens. Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna são alguns exemplos de intérpretes do Brasil que abordaram temas como a formação econômica, social e cultural do país. Gonzalez como intérprete do Brasil é uma das principais intelectuais brasileiras, que se dedicou a analisar, interpretar e refletir sobre a cultura, a história, a sociedade e os desafios do Brasil, com um enfoque especial na situação da mulher negra e na luta

contra o racismo e o sexismo. Sua obra é marcada pela defesa do “Feminismo Afro-latino-americano” e pela valorização da cultura afro-brasileira.

O diálogo entre Gonzalez e outros intérpretes é uma forma de enriquecer o debate acadêmico e de compreender as complexidades das dinâmicas sociais brasileiras, considerando as diferentes visões e abordagens dos intérpretes. Gonzalez dialoga com Caio Prado Jr sobre a formação econômica do Brasil e a questão agrária, com Gilberto Freyre sobre a formação social do Brasil e a questão racial, e com Oliveira Vianna sobre a formação política do Brasil e a questão do branqueamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizou uma análise das obras de Gonzalez e de outros intérpretes do Brasil, buscando identificar os principais conceitos, argumentos e perspectivas que contribuíram para o pensamento crítico do país. Também buscou relacionar as teorias e conceitos utilizados.

Observamos como Gonzalez contribuiu de maneira notável para o estudo do desenvolvimento brasileiro, oferecendo uma perspectiva crítica e inovadora sobre questões cruciais que afetam a sociedade, a economia e as relações sociais do país.

A hipótese da pesquisa era de que Gonzalez foi uma das principais intérpretes do Brasil, que ofereceu uma visão crítica e inovadora sobre o desenvolvimento brasileiro, a partir de uma perspectiva amefricana e interseccional. Essa hipótese foi confirmada do estudo dos conceitos como a amefricanidade, a interseccionalidade, o lugar de negro e racismo por denegação, utilizados para analisar e interpretar a realidade brasileira, considerando as questões de raça, gênero e classe social.

O problema de pesquisa foi respondido com o entendimento da perspectiva afro-latino-americana e interseccional de Lélia Gonzalez que contribuiu de forma original e importante para o pensamento crítico do Brasil. Proporcionando mudanças na forma como o Brasil é visto, entendido e interpretado. Com um legado fundamental para a luta antirracista e feminista no Brasil.

O objetivo da pesquisa era de analisar como Gonzalez contribuiu para o pensamento crítico do Brasil e foi alcançado pelos resultados, que mostraram que Gonzalez cunhou conceitos, tais como racismo por denegação e pretuguês, para questionar os mitos e as ideologias que sustentavam a imagem de um Brasil harmonioso, democrático e mestiço, e para revelar as contradições e os conflitos que marcavam a realidade do país. Os resultados também mostraram que Gonzalez utilizou esses conceitos para propor uma visão alternativa e emancipatória do desenvolvimento brasileiro, baseada na valorização da diversidade cultural e na participação política dos grupos subalternizados.

Gonzalez em seu questionamento das interpretações do Brasil, discute ideias de de Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, que foram considerados alguns dos principais intérpretes do Brasil, que abordaram temas como a formação econômica, social e cultural do país.

Gonzalez pode ser considerada uma intérprete do Brasil no sentido de que sua análise crítica, produção intelectual e ativismo influenciaram significativamente a compreensão das questões sociais no país, contribuindo para a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Ela deixou um legado importante que continua a inspirar a discussão sobre identidade, raça, gênero e desigualdade no Brasil.

Os diálogos de Gonzalez com outros intérpretes do Brasil, sejam eles acadêmicos, ativistas e pensadores sociais, desempenharam um papel significativo em sua influência e em seu impacto no cenário intelectual e político do país. Foram essenciais para a promoção de suas ideias e análises críticas sobre a sociedade brasileira. Ela desafiou perspectivas convencionais, influenciou o pensamento social e político e contribuiu significativamente para o debate sobre igualdade racial e de gênero.

A pesquisa concluiu que Gonzalez foi uma das intérpretes do Brasil, que contribuiu para o pensamento crítico do país, a partir de uma perspectiva amefricana e interseccional. A pesquisa também concluiu que Gonzalez ofereceu uma visão crítica e inovadora sobre o desenvolvimento brasileiro, que considerou as questões de raça, gênero e classe social. A pesquisa também concluiu que Gonzalez deixou um legado para o estudo do desenvolvimento brasileiro, que pode inspirar novas pesquisas e ações.

As dificuldades enfrentadas durante a realização da monografia incluíram o desafio de incorporar a complexidade das contribuições de Gonzalez de maneira abrangente, dada a amplitude e profundidade de seu trabalho. Contudo, esse processo de análise e síntese enriqueceu a compreensão das nuances de suas ideias sobre a formação da sociedade brasileira.

Olhando para o futuro, temas de pesquisa que poderiam ser explorados incluem a continuidade das lutas pela representatividade e participação ativa das comunidades marginalizadas nas discussões sobre desenvolvimento. Além disso, a análise das estruturas de poder no contexto do desenvolvimento brasileiro pode ser aprofundada, permitindo uma compreensão mais holística das dinâmicas sociais e econômicas.

6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Liliane Rodrigues de. LÉLIA GONZALEZ - UM LEGADO PARA O FEMINISMO E O MOVIMENTO NEGRO. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 3, e52781, 2017.

BAIROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. Afro-Ásia, Salvador, n. 23, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20990. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>>. Acesso em: 2023.

BARRETO, Raquel de Andrade. Enegrecendo o feminismo ou Feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2005.

BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez, uma Intérprete (Negra) do Brasil.2020

CASTRO, Amanda Motta; MOREIRA, Raylene Barbosa. Entrevista: Lélia Gonzalez-Intérprete do Brasil. Por seu filho Rubens Rufino. Revista Brasileira de História, v. 41, p. 387-399, 2021.

CIVIERO, Lohana Larissa Mariano; SILVA, Renan Fabrício Lorenzatto da. De “Lélia De Almeida” à “Lélia Gonzalez”: A construção sociopolítica do sujeito discursivo Lélia. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 13, n. 41, p. 302-316, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>>. Acesso em: 2023.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, 10 (172), p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2023.

DADOS BIOGRÁFICOS. Lélia Gonzalez. LITERAFRO. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lesia-gonzalez>>. Acesso: 2023.

DE OLIVEIRA REIS, Marina. O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre. Humanidades em diálogo, v. 9, p. 93-101, 2019.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Trabalhando com a cultura negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras! Plural: Revista de Ciências Sociais, v. 26, n. 1, p. 193-196, 2019.

GONÇALVES, Renata. Resenha de Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras', de Lélia Gonzalez. Plural, v. 26, n. 1, p. 193-196, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Feminismo negro: uma perspectiva decolonial. In: PEREIRA, Carlos Alberto M.; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Patrulhas ideológicas. São Paulo: Brasiliense, 1980. pp. 202-12.

GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso! In: Mulherio. São Paulo, ano 1, n. 4, p. 3, nov./dez. 1981a.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. Publicado originalmente em Folha de S.Paulo, São Paulo, 22 nov. 1981b.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984a.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Ciências Sociais Hoje, v. 2, n. 4, p. 25-44, 1984b.

GONZALEZ, Lélia. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. São Paulo: Cortez Editora, 1984c.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. Afrodiáspora, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6-7, pp. 94-106, abr./dez. 1985.

GONZALEZ, Lélia. Festas populares no Brasil. Rio de Janeiro: Index, 1987.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988a, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. A importância da cultura afro-brasileira na formação da cultura nacional. In: SCHWARCZ, L. M.; D'ADESKY, J. (Org.). Abolição: a última fronteira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988b. p. 13-42.

GONZALEZ, Lélia. Nanny: pilar da amefricanidade". Revista Humanidades, Brasília: Ed. UnB, ano IV, n. 17, pp. 23-5, 1988c.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: Raça e Classe. Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.

GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

GONZALEZ, L., HASENBALG, C. (2022). Lugar de negro. Brasil: Zahar.

MACHADO, Juliana; SILVA, Rubia L.; BAUDOIN, Tanja & CARRILHO, Ulisses (orgs.). *Hospedando Lélia Gonzalez (1935-1994)*. Rio de Janeiro: Escola de Artes Visuais do Parque Lage, 2019.

MALTA, Maria. *Lélia Gonzalez: gênero, raça e classe na formação econômico-social brasileira* Carla Curty1.2020

MARIN, Solange Regina. *Entre os intérpretes do Brasil, a contribuição de Lélia Gonzalez*. XXVI Encontro de Economia da Região Sul–ANPEC SUL, 2023. Disponível em: Acesso em 2023

MATOS, Marjorie Evelyn Maranhão. *MULHERES NEGRAS - Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MORAIS, Maira Luana. *Lélia Gonzalez, a intérprete do Brasil. Resenha do livro por um feminismo afro-latino-americano*. Opiniões, n. 18, p. 577-584, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NOVO, Maria Fernanda. *Lélia Gonzalez: intérprete da formação social do Brasil*. discurso, v. 53, n. 1, p. 74–97-74–97, 2023.

NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, Luiz (Org.). *Populações “marginais”*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. pp. 73-141.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. *Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional*. Revista Interterritórios, v. 6, n. 10, p. 89-104, 2020.

PORTELA JÚNIOR, A.; LIRA, B. F. F. A. *América Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez*. Horizontes Antropológicos, v. 28, n. 63, p. 105–131, maio 2022. DOI: 10.1590/1678-49442022v28n3a0202.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RATTS, A. (2022). *Lélia Gonzalez e seu lugar na antropologia brasileira: ‘cumé que fica?’*. Revista Mana, n° 28, p. 1-34. <<https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0202>>.

RATTS, Alex. *LÉLIA GONZALEZ-RETRATOS DO BRASIL NEGRO*. BOD GmbH DE, 2010.

RIOS, Flavia; KLEIN, Stefan. Lélia Gonzalez, uma teórica crítica do social. *Sociedade e Estado*, v. 37, p. 809-833, 2022.

RODRIGUES, Luciana; BATTISTELLI, Bruna Moraes. LÉLIA GONZALEZ: UM CORPO-TELA PARA FAZER DANÇAR UMA PSICOLOGIA DESDE AQUI: un cuerpo-lienzo para hacer bailar a la Psicología desde Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 16, n. Edição Especial, 2023.

SANTOS, Luana Dias. *Por um Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio*, 2013.

SANTOS, Thamires Costa Meirelles dos. Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez. *Revista Katálysis*, v. 25, p. 232-241, 2022.

SECCO, Lincoln., PERICÁS, Luiz Bernardo. *Intérpretes do Brasil: Clássicos, rebeldes e renegados*. Brasil: Boitempo Editorial, 2015.

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOARES, A. M. P. Entre o mito e a memória: atravessamentos históricos, políticos e teóricos entre Gilberto Freyre e Lélia Gonzalez. *Tematicas*, Campinas, SP, v. 30, n. 59, p. 57–91, 2022. DOI: 10.20396/tematicas.v30i59.15910. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/15910>>. Acesso em: 2023.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990*. Dissertação (Mestrado) – IFCS/UFRJ/ Programa de PósGraduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2006.

VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed.Nacional. 1938.

VIEIRA, B. Em bom pretuguês: Lélia Gonzalez, um quilombola amefricana. *Lutas Sociais*, [S. l.], v. 19, n. 34, p. 214–218, 2015. DOI: 10.23925/ls.v19i34.25768. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25768>>. Acesso em: 2023.

WERNECK, Jurema. *Nossos passos vêm de longe: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009